

Ataliba T. de Castilho

NOVA

Português
Brasileiro



editoracontexto

Copyright © 2010 do Autor

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Capa

Alba Mancini

Projeto gráfico e diagramação

Gustavo S. Vilas Boas

Preparação de textos

Daniela Marini Iwamoto

Revisão de prova

Evandro Lisboa Freire

Revisão técnica

Renato Basso

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Castilho, Ataliba T. de

Nova gramática do português brasileiro / Ataliba T.
de Castilho. – 1. ed., 3ª reimpressão – São Paulo : Contexto, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7244-462-0

1. Português – Gramática I. Título.

09-12915

CDD-469.5

Índice para catálogo sistemático:

1. Gramática : Português brasileiro : Linguística 469.5

2014

EDITORA CONTEXTO

Diretor editorial: *Jaime Pinsky*

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa

05083-030 – São Paulo – SP

PABX: (11) 3832 5838

contexto@editoracontexto.com.br

www.editoracontexto.com.br

1

O QUE SE ENTENDE POR LÍNGUA E POR GRAMÁTICA

TEORIAS SOBRE A LÍNGUA E A GRAMÁTICA

Lidar com uma língua natural é operar com um objeto científico “escondido”. O português brasileiro (doravante PB), retratado nesta gramática, não escapa a essa dificuldade.

Compare o trabalho de linguistas e gramáticos aos de um botânico. Este especialista lida com plantas, de que estuda a anatomia e a fisiologia, o lugar em que elas vicejam com mais vigor, as doenças que as atacam. Em qualquer momento de sua reflexão, seu objeto é externo a ele, está dado no mundo real. Isso não quer dizer que no domínio das ciências exatas e biológicas não ocorram teorizações em que a imaginação tenha seu lugar. Mas o objeto continua externo.

O linguista e o gramático operam com um objeto guardado em sua mente e na mente dos indivíduos de sua comunidade, lidando com uma propriedade interna a ele, não evidente no mundo real. O mesmo se passa com seus colegas psicólogos, antropólogos, sociólogos.

Tomei de empréstimo do fundador da Linguística moderna, Ferdinand de Saussure, a expressão “objeto escondido”. Saussure mostrou que, para explicitar esse objeto, constituindo-o em matéria para estudos, necessitamos previamente de um ponto de vista sobre ele, acrescentando: “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (Saussure, 1917/1972: 15). Ponto de vista é uma das traduções do termo grego *theoría*.

Antes de prosseguir, vamos entender melhor o que Saussure quer dizer com “ponto de vista”. Para isso, será de utilidade recordar a conhecida fábula dos cegos e o elefante. Três cegos rodeiam um elefante e tentam achar uma definição para o bicho. Um palpa suas pernas e diz que o elefante é uma coluna cilíndrica, rígida, imóvel. Outro palpa a cauda e concorda com o primeiro, exceto no quesito da imobilidade. O terceiro palpa a tromba e discorda dos dois no quesito da rigidez. Qual deles tem razão? Nenhum e todos ao mesmo tempo, pois cada um fez uma descoberta válida por si mesma, ainda que incompleta.

Estudiosos das línguas e dos fenômenos sociais são como os cegos da fábula. Estão sempre pesquisando, e sempre produzindo resultados incompletos.

Para chegarem a conclusões mais gerais, precisam teorizar antes de iniciado seu trabalho. E o que é teorizar? Bem, para encontrar a resposta um pouco de etimologia não nos fará mal.

A palavra *teorizar* vem de *teoria*, palavra grega que significa mais ou menos “ponto de vista”.¹ Temos de dispor de um ponto de vista prévio sobre as línguas e suas gramáticas. Temos de dispor de uma teoria sobre elas. Esse ponto de vista é inteiramente racional, expressando-se por princípios. Então não pensem que estou desrespeitando os deficientes visuais quando recorro a fábula e falo em ponto de vista.

Se você sair por aí catando teorias linguísticas e gramaticais, poderá ordená-las em várias direções, dependendo de seu interesse. Realizei essa “tarefa de casa”, ou “dever”, como também se diz, identificando pelo menos quatro grandes direções:

- “A língua é um conjunto de produtos” – e sua Gramática será descritiva.
- “A língua é um conjunto de processos mentais, estruturantes” – e sua Gramática será funcionalista-cognitivista.
- “A língua é um conjunto de processos e de produtos que mudam ao longo do tempo” – e sua Gramática será histórica.
- “A língua é um conjunto de ‘usos bons’” – e sua Gramática será prescritiva.

Este capítulo tem por objetivo apresentar pontos de vista sobre uma língua natural, como o PB, mostrando como essas teorias afetam o tipo de gramática que se vai produzir, e que entendimento cada uma delas tem de gramática.

- *Mas que droga, eu pensava que a gramática fosse uma coisa só!*
- *Pois é, não poderia ser, visto que a língua é muito complexa.*

Inteirando-se disso tudo, você entenderá por que há afirmações conflitantes sobre uma mesma questão de gramática. Poderá desenvolver um raciocínio mais flexível, aceitando as diferenças de ponto de vista. E, sobretudo, poderá desenvolver suas próprias observações sobre um fenômeno tão importante para nossa identidade pessoal e social – a língua que falamos, e sua gramática. O objetivo maior deste livro é fazer pensar.

Neste capítulo, ordenei as teorias linguísticas em quatro grandes blocos:

1. Língua como um conjunto de produtos estruturados;
2. Língua como um conjunto de processos estruturantes;
3. Língua como um conjunto de produtos e processos em mudança;
4. Língua como um conjunto de ‘usos bons’.

1.1. A LÍNGUA É UM CONJUNTO DE PRODUTOS ESTRUTURADOS: GRAMÁTICA DESCRITIVA

Uma resposta intuitiva sobre “o que é uma língua” será provavelmente a seguinte: “a língua é um conjunto de sons que podemos gravar, de palavras e sentenças que podemos escrever, descrever, recolher num dicionário e numa gramática, produzindo algumas generalizações”. Quem assim responder terá desenvolvido um ponto de vista sobre a língua, postulando-a como um enunciado*,

¹ O substantivo grego *theoría* deriva do verbo *theáo*, que significa “ver”. O substantivo *théathron*, em português *teatro*, “lugar onde se vê (o espetáculo)”, tem a mesma origem.

ou seja, como um conjunto de sons que saem de nossa boca e de sinais gráficos que lançamos ao papel. Em suma, como um conjunto de produtos.

Se quiser identificar a motivação desta resposta, você descobrirá que seu autor adotou um princípio epistemológico conhecido como “ciência clássica”.

As seguintes afirmações configuram a ciência clássica:

(1) *Os fenômenos encontrados na natureza são desordenados e confusos, ocultando sua regularidade.*

A tarefa da ciência é desvendar a regularidade oculta nessa desorganização aparente. As imperfeições apenas refletem os arquétipos perfeitos, como Platão queria. Uma vez identificado, o sistema revela sua harmonia, consistência e beleza intrínsecas ao fenômeno, que com isso se torna predizível. Os dados irregulares não passíveis de explicação pelos modelos propostos não têm importância e devem ser descartados como aberrantes ou anômalos: “Nos séculos passados, desde Galileu e Newton, tem sido fundamental a busca da regularidade nos experimentos” (Gleick, 1988: 41; veja também as páginas 68 e 157).

(2) *Para assegurar alguns resultados e conclusões, temos de considerar os dados em sua estatividade.*

O objeto empírico para ser adequadamente descrito deve ser idealizado, e até mesmo congelado por intermédio de algum artifício teórico, limitado em sua extensão, não importando se com isso ele acabe se divorciando do mundo real. As formas da geometria euclidiana, por exemplo, tomam em conta dados estáticos tais como linhas, planos, esferas, triângulos e cones. Modelos linguísticos formais “pasteurizam” seus dados, segregando-os da realidade social que lhes deu origem. Em consequência, as pesquisas passam a concentrar-se em determinados nichos sintáticos, pondo de lado os textos da vida linguística real, e assim, pouco a pouco, a língua se transforma em campo para intermináveis *theoriae gratia theoria*, ou seja, teorias pela teoria.

(3) *Os sistemas identificados pela abordagem clássica têm uma grande elegância conceitual e uma notável simplicidade analítica.*

Segundo a ciência clássica, os sistemas identificados são lineares, e dentro deles o todo é igual às partes. A abordagem estruturalista exemplifica esse axioma, quando sustenta que os fonemas*, os morfemas* e os sintagmas* são unidades ordenadas, podendo ser identificadas relações determinísticas entre elas. Traços do fonema especificam traços dos morfemas, traços do morfema especificam traços do sintagma, traços do sintagma especificam traços da sentença. A sentença é o ponto final nas observações de uma Gramática Descritiva. Relações de causa e efeito entre essas unidades podem ser reconhecidas, de acordo com a abordagem clássica.

(4) *O caminho para a descoberta científica é maiormente dedutivo. Cada situação é traduzida em termos matemáticos, um modelo é construído, e de agora em diante as ocorrências serão explicadas de acordo com esse modelo.*

A modelização matemática é uma das características mais notáveis da abordagem clássica. A postulação de princípios pela via dedutiva é outro comportamento comum na análise linguística. Identificado o princípio, verificamos como ele funciona empiricamente na língua, introduzindo as alterações necessárias em sua formulação. Ou seja, da empiria vamos para a teoria, desta voltamos para a empiria, até que a formulação de princípios atinja alguma estabilidade nesse vaivém.

Fazendo um balanço das afirmações anteriores, torna-se evidente que a abordagem científica clássica contempla claramente os fenômenos que atingiram uma sorte de completude, como produtos cristalizados, que ocupam espaços nítidos no interior das línguas naturais. Os cientistas clássicos veem o mundo como uma realidade em equilíbrio. As perguntas da ciência clássica nem sempre se voltam para os fenômenos de caráter dinâmico, aqueles ainda a caminho de uma estabilidade, mesmo que relativa.

A Gramática Descritiva segue por aqui, (i) interpretando a língua como uma estrutura homogênea, composta por signos, os quais são identificados pelos contrastes que estabelecemos entre eles; (ii) distribuindo tais signos por unidades organizadas em níveis hierarquicamente dispostos: o fonológico, o morfológico e o gramatical. Para o estudo da língua assim concebida, não é necessário levar em conta o falante historicamente situado, pois o que interessa aqui é o enunciado que resulta da interação. O enunciado é visto como um produto acabado, como um sistema que importa entrever por detrás dos diversos usos linguísticos concretos. A teoria da língua como uma estrutura dá prioridade à análise do código, e entende que os diferentes usos representam apenas uma porta de entrada para a análise. Insistindo mais um pouco: a língua articulada é entendida numa forma idealizada, considerando-se aceitos, ou postulados arbitrariamente, conceitos tais como “comunidade de fala, competência do falante, funções da fala e da linguagem” (Dell Hymes, 1974).

A gramática da língua como um conjunto de enunciados é de natureza descritiva e compõe-se de regras explícitas que devem dar conta dos elementos que constituem os níveis hierárquicos mencionados. Ela vem sendo desenvolvida ao longo de uma tradição milenar, na qual podemos divisar dois grandes momentos, o da Gramática Tradicional e o da Gramática Estrutural. Para a descoberta das regularidades gramaticais, a Gramática Estrutural leva em conta um conjunto de princípios e uma metodologia que serão expostos mais adiante. Quanto às irregularidades, elas são inscritas no léxico* da língua, entendido como o lugar das idiossincrasias, postulado como um componente das línguas naturais distinto da fonologia, da morfologia e da sintaxe. Formula-se, assim, uma distinção entre léxico e gramática.

A teoria da língua como um enunciado ganhou muito, após formuladas as antinomias saussurianas e estabelecidos pontos de vista sobre as unidades linguísticas e sobre os níveis hierárquicos que compõem a estrutura linguística. Vejamos de perto esses argumentos.

Através de suas antinomias, Saussure instituiu a língua como uma estrutura e estabeleceu o campo de atuação da Linguística como uma disciplina autônoma. Ele afirmou que

o estudo da linguagem comporta duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua (*langue*), que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala (*parole*), inclusive a fonação, e é psicofísica (Saussure, 1917/1972: 27; veja também as páginas 16-17 e 271).

O texto anterior, corroborado pela edição crítica de De Mauro (1968: 29), não deixa dúvidas quanto ao objeto primário da Linguística e, mais particularmente, da Gramática Estrutural. A *langue* é um construto teórico, porque “independente do indivíduo”. A *parole* é o dado natural e concreto (é a fonação, é psicofísica) e não deve ocupar o centro das atenções do linguista, segundo Saussure.

A *langue* tem duas propriedades fundamentais na concepção saussuriana: é um objeto homogêneo e autônomo. Postular a propriedade da homogeneidade era um imperativo epistemológico dentro do raciocínio saussuriano, pois

não é possível [...] descobrir as regularidades necessárias para o estudo científico da linguagem se a Linguística não voltar sua atenção para um objeto homogêneo; apenas a homogeneização do objeto permitiria descobrir nele a sua verdadeira ordem, uma ordem que ultrapasse a mera descrição e que permita chegar ao nível da explicação. A noção de *langue* teve, no quadro da teoria saussuriana, este papel de tornar homogêneo o objeto e de permitir à teoria linguística aceder à explicatividade (Dascal / Borges Neto, 1993: 451).

Para operar com um objeto homogêneo, descontextualizado, Saussure autonomizou a *langue*, buscando contextualizá-la nela mesma, definindo-a como “um sistema cujos termos são todos solidários e em que o valor de um não resulta senão da presença simultânea dos outros” (Saussure,

1917/1972: 135). O conceito de valor tem a mais alta relevância nesse esforço de autocontextualização da língua. Saussure afirma que “a característica mais exata [do valor] é ser o que os outros não são” (Saussure, 1917/1972: 136). Essas postulações libertaram a Linguística da relação de dependência que ela vinha mantendo com a Lógica, a História e a Literatura. Particularmente com respeito à História, Saussure dizia que o estudo autônomo da sincronia é uma condição lógica para a diacronia, pois “o projeto sincrônico prevalece sobre o outro” (Saussure, 1917/1972: 106).

Assim estabelecida a língua como uma entidade homogênea e autônoma, Saussure propõe dois tipos de relações: as relações sintagmáticas e as relações associativas (hoje, *paradigmáticas*, termo proposto por L. Hjelmslev). As relações sintagmáticas são dadas pelo caráter linear da língua, cujos signos têm de ser proferidos uns após os outros, e não numa forma simultânea. Alinhando-se num eixo de sucessões, os signos compõem os sintagmas, e aqui Saussure se vale de um termo técnico da linguagem militar grega, *sýntagma* – “corpo de tropa constituído de soldados dispostos uns após os outros” – *in praesentia*. Já as relações associativas ou paradigmáticas são dadas pela associação de signos *in absentia*, isto é, fora do enunciado, e portanto situados na memória do indivíduo. A teoria do sintagma e do paradigma teve uma enorme importância para a configuração dos procedimentos de descoberta gramatical, pondo em cheque o jeito tradicional de fazer gramática como um processo de acumulação de dados soltos, não relacionados. Ou seja, Saussure estava fazendo “ciência clássica”, e da boa!

O estruturalismo desenvolveu consideravelmente nossos conhecimentos nos domínios fonológico e morfológico, entre as décadas de 1930 e 1960. Já a Sintaxe se mostrou mais exigente, e apesar de versada pelos estruturalistas, apenas mais tarde ela tomaria da Fonologia e da Morfologia a centralidade que essas disciplinas vinham ocupando nas pesquisas. A “explosão” da Sintaxe ocorreu quando as pesquisas foram orientadas para o entendimento da língua como uma atividade mental, regulada por princípios deduzidos do enunciado (Gramática Gerativa), ou como uma atividade social, regulada por princípios da enunciação, vale dizer, dos usos (Gramática Funcionalista).

A distinção entre “forma da língua” e “matéria da língua”, formulada por Humboldt, veio para ficar, assumindo a maior importância na reflexão gramatical, mesmo que debaixo de outras terminologias. A forma é a percepção idealizada da língua, isto é, a estrutura abstrata ou padrão, composta pelas unidades que se organizam em níveis. A matéria ou substância é o lado concreto da língua, com suas diferentes classes, relações e funções.

Para depreender a *forma* temos de partir da *substância* manifesta, numa operação que requer o estabelecimento de postulados e de procedimentos metodológicos, examinados adiante.

1.1.1. POSTULADOS DA GRAMÁTICA DESCRITIVA

A Gramática Descritiva se orienta pelos seguintes postulados:

(1) A língua enquanto substância é um conjunto ordenado de itens (ou classes linguísticas*) que estabelecem entre si relações linguísticas* e desempenham funções linguísticas* identificáveis pelos contrastes entre eles.

(2) A língua enquanto forma, estrutura ou padrão é um conjunto de unidades (ou pontos idealizados nesse padrão) que se distribuem em níveis hierárquicos, identificados pelas oposições entre eles.

(3) A realização dessas unidades no enunciado está sujeita à variação de uso, que deve ser examinada em suas correlações com fatores linguísticos e extralinguísticos.

Relativamente ao postulado (1), estipula-se que uma classe é definível pelas seguintes propriedades: (i) regularidade de ocorrência, dada por suas relações com outras classes; (ii) lugar privile-

giado de ocorrência; (iii) desempenho de determinadas funções e não de outras; (iv) capacidade de combinar-se com certas classes e não com outras; (v) possibilidade de incluir subclasses.

Quanto ao postulado (2), estipulam-se como níveis hierárquicos a fonologia e a gramática: (i) no nível fonológico, observa-se a combinatória dos fonemas no interior da sílaba, e das sílabas no interior das palavras; (ii) no nível gramatical, observa-se a combinatória dos morfemas no interior das palavras, das palavras no interior dos sintagmas, e dos sintagmas no interior da sentença. A conexidade sintática pode dar-se por meios imateriais (como a disposição das classes na sentença e a ocorrência da categoria vazia), por meios gramaticais (como a similitude das terminações no caso da relação de concordância), ou pelo uso de preposições e conjunções (como a relação de transitividade). As relações sintáticas são de vários níveis: há relações de igualdade (= coordenação), de dependência (= subordinação) e de interdependência (= correlação). Para mais informações, veja o capítulo “A sentença complexa e sua tipologia”.

Finalmente, quanto ao postulado (3), estipula-se que as classes desempenham funções linguísticas* decorrentes de suas relações com outras classes. No nível fonológico, os fonemas assumem funções diacríticas, isto é, diferenciais. No nível gramatical, entende-se por função os papéis assumidos pelas classes na sentença: (i) em suas estruturas sintagmáticas, identificam-se as funções de determinação, quantificação, qualificação, etc.; (ii) em sua estrutura argumental, registram-se as funções de sujeito, núcleo do predicado, argumentos e adjuntos, desempenhadas pelos sintagmas. A realização das unidades por meio de classes e subclasses mencionadas no postulado (2) podem estar sujeitas a variações de uso. Isso quer dizer que a gramática da língua abriga *regras categóricas* (como, no português, a obrigatoriedade de antepor o artigo ao substantivo), e *regras variáveis*, em que se pode escolher mais de uma alternativa (como a anteposição ou a posposição do sujeito e do objeto direto em relação ao verbo, o preenchimento ou o não preenchimento dessas funções por classes lexicais, o preposicionamento ou o não preposicionamento por *a* do objeto direto, a concordância ou a não concordância do verbo com o sujeito, ou dos constituintes marginais do sintagma nominal com seu núcleo etc.).

A teoria da variação e mudança formulada por Labov (1972a) mostra que há uma regularidade no interior da heterogeneidade das regras variáveis, e que é possível identificar os fatores que condicionam as variantes escolhidas pelo falante. Para a aplicação dessa teoria ao português, veja Tarallo (1990b: 33-62, particularmente a página 61):

A estrutura da língua pode ser correlacionada ao seu uso e os padrões do último podem ser objetivamente medidos, levando à diferenciação entre as escolhas que o falante efetivamente *faz* e as que ele *poderia fazer*. [...] Tal conceito amplificado de gramática abrange tanto a forma (estrutura) quanto a substância (uso).

A rigor, classes, relações e funções não são propriedades distintas da substância linguística. Elas representam, antes, diferentes pontos de vista sobre o mesmo fenômeno. Tomando como exemplo o jogo de xadrez – uma das metáforas saussurianas para representar a língua –, pode-se descrevê-lo a partir de suas classes (as peças, de que se estudariam as formas, as cores, o material de que são feitas), relações (modos de disposição das peças no tabuleiro) e funções (modos de movimentação das peças). Estaremos sempre tratando da mesma coisa, o jogo de xadrez, partindo, porém, de pontos de vista diferentes.

1.1.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA GRAMÁTICA DESCRITIVA

Os procedimentos metodológicos da Gramática Descritiva são os seguintes:

(1) Sendo infinita a extensão de uma língua, requer-se a constituição de um *corpus* (veja Linguística de *Corpus*^{*}) para sua descrição. O *corpus* é um recorte da língua, selecionado segundo critérios que tomem em conta sua representatividade e variabilidade.

(2) A descrição linguística implica na identificação das unidades de uma dada língua, mediante a segmentação e a comutação dos enunciados recolhidos no *corpus*, designando-os por uma nomenclatura própria.

Quanto ao procedimento (1), o surgimento de uma nova disciplina, a Linguística de *Corpus*, deu uma feição mais exigente ao levantamento, transcrição e tratamento arquivístico dos documentos, tendo agregado ao rigor filológico a organização de bancos eletrônicos de dados. Para um detalhamento, consulte Caravedo (1999) e Berber Sardinha (2004).

Quanto ao procedimento (2), temos de partir mais uma vez de uma consideração feita por Saussure relativamente à contextualização da língua em si mesma.

Essas postulações permitem construir uma metodologia para a descrição linguística pois, admitindo-se que os dados da língua se depositam no eixo das entidades encadeadas linearmente (= sintagma) e no eixo das entidades retidas na memória (= paradigma), segue-se que podemos analisá-la por meio da *segmentação* ou por meio da *comutação*, isto é, por meio da “identificação de unidades no interior de cada nível, mediante a função de contraste na cadeia sintagmática ou da oposição na classe paradigmática” (Lopes, 1976: 190).

A *segmentação* se baseia nos contrastes que se estabelecem entre os elementos apresentados uns após os outros na cadeia da fala. Assim, tomando-se se o item *norte*, palavra que foi proferida pelo locutor 1 no exemplo (1) adiante, constata-se que ela se compõe dos seguintes fonemas: /n/ + /ɔ/ + /r/ + /t/ + /e/. Nota-se que esses elementos vieram dispostos numa certa sequência que, alterada, levaria à constituição de outras palavras, como *terno*, *trone*, por exemplo. A segmentação se fundamenta na noção de combinação, de sequência.

A *comutação* se baseia na oposição que se estabelece entre elementos presentes e elementos ausentes do *corpus*. Retomando o mesmo exemplo, nota-se que em *norte* apareceu /n/ no mesmo lugar em que poderia ter aparecido /m/ (de que resultaria *morte*), ou /p/ (de que resultaria *porte*), e assim por diante. Ao substituir um elemento por outro, podemos obter um signo diferente, ou uma variação do mesmo signo. Se a unidade em que se encontra o elemento substituído tornar-se diferente, como em *norte/porte*, teremos um caso de oposição. Mas se a unidade em que se encontra o elemento substituído tiver o mesmo significado, como em *norte*, em que o segmento /r/ é pronunciado como vibrante anterior [r], como vibrante posterior [R] ou mesmo como retroflexo [ɹ], teremos um caso de variação livre.

Como se vê, *segmentar* ou *contrastar* e *comutar* ou *opor* têm uma significação técnica precisa na análise estruturalista. Os contrastes se dão no eixo sintagmático, e as oposições se dão no eixo paradigmático. Retomando a palavra *norte*, observa-se que /n/ contrasta com /o/ no eixo sintagmático (isto é, /n/ é diferente de /o/) e opõe-se a /m/ no eixo paradigmático (isto é, a presença de /n/ exclui a presença de /m/). Lembremo-nos, uma vez mais, que contraste e oposição resultam da percepção da língua como uma entidade relacional, em que os signos estão dispostos linearmente uns após os outros, podendo ser postulados como componentes discretos e basicamente autodefiníveis.

Outro ponto a destacar é que tanto se analisam os dados presentes no *corpus* quanto os dados ausentes, desde que plausíveis. A não ocorrência de um elemento indispensável à descrição levou os linguistas a postular o morfema-zero (veja morfema^{*}), na análise morfológica, e a categoria vazia^{*}, na análise sintática. Ambos são construtos teóricos indispensáveis ao trabalho descritivo (Apresjan, 1966/1980).

Para exemplificar o que acaba de ser dito, tomemos a seguinte transcrição de parte de uma conversação:

1) Segmento de uma conversa

Locutor 1 – eu estive na... através de (inaudível) em Cumaná... é uma praia... é um lugar... um litoral muito bonito que aliás é muito parecido com o nosso litoral norte... sabe? mas eu não conheço o nosso litoral norte... e... fiquei lá durante três meses e nesse tempo todo eu conheci bastante (inaudível) o povo de lá... que é bem diferente e... bem diferente de nós...

Locutor 2 – sei.

Locutor 1 – eles são por exemplo esse lá... é nessa praia que pertence à Universidade... como aqui na nossa Oceanográfica também pertence à USP e... toda a Universidade detesta ir pra praia... sabe...

Locutor 2 – ah...é?

Locutor 1 – então é coisa (inaudível)... e todo o curso foi feito ali... inclusive nós saímos assim durante... fazer compras de material e tudo isso e... ah... e conhecemos toda a região referente... sabe? bem bonito... colorido o fundo do mar lá... é... num existe e... e... e a água é muito transparente... sabe... muito coral...

Locutor 2 – que curso ocê foi fazer?

Locutor 1 – o... o curso mesmo era só Oceanografia Biológica... aliás Física... mas eles complementavam porque a maior parte do pessoal só conhecia assim a Bi... a Biológica... né... nessa nova parte entra Biologia... agora o maior número de alunos... estudantes... eram todos assim da América do Sul... e alguns da América Central... as aulas eram a maior parte em inglês e... porque inclusive todos falavam espanhol menos os brasileiros... né (risos)... que é uma língua diferente... (D2 SP 167: 7-35)

Vejamos que unidades podem ser identificadas nesse segmento conversacional.

1.1.3. UNIDADES DA GRAMÁTICA DESCRITIVA

1.1.3.1. O fonema

O fonema* é uma entidade formal não observável diretamente, não audível, não definível por propriedades físicas, mas apreensível pelo falante como uma sorte de “forma psicologicamente real”, por meio da qual ele percebe a “realidade objetiva dos sons” (Sapir, 1921/1954: 39). O fonema é a unidade mínima da estrutura fonológica e, embora portador dos significados, por si mesmo não tem significado. Denominam-se *alofones* as realizações concretas dos fonemas. Os fonemas são representados entre barras inclinadas, e os alofones, entre colchetes.

Como entidade abstrata, os fonemas são identificados exclusivamente por segmentação e por comutação. Assim, selecionando os itens *eles* e *era* de (1), e analisando-os por segmentação e por comutação notaremos que no eixo sintagmático ambos apresentam cinco unidades mínimas diferentes: /e/, /l/, /s/, /ɛ/, /r/, /a/. Esse raciocínio analítico toma em conta o contraste que podemos estabelecer entre essas unidades.

Observando-as agora no eixo paradigmático, notaremos que tais unidades podem ser comutadas por outras. Assim, o /e/ fechado de *eles* pode ser substituído por um /ɛ/ aberto em *elas*; o /r/ vibrante simples de *era* pode ser substituído por /R/ vibrante múltipla, obtendo-se *erra*. O mesmo raciocínio se aplica a *tia* e *dia*, palavras em tudo semelhantes, menos pelo primeiro segmento. Há oposição entre *eles* e *elas*, *era* e *erra*, *tia* e *dia*. O fato de que o primeiro segmento de *tia* e *dia* apre-

sente execuções alofônicas diferentes, como [t] e [tʃ], [d] e [dʒ], em nada altera a oposição entre as palavras, remetendo a diferenças de caráter fonético, ou seja, a alofones.

A Fonética estuda a materialidade dos sons. A Fonologia, sua exploração funcional no enunciado.

O contraste e a oposição assim observados mostram que essas unidades são fonemas, pois a partir delas podemos construir palavras em nossa língua.

A aplicação dos procedimentos de segmentação e contraste, extensamente aplicados, permitiu identificar os seguintes fonemas no português brasileiro:

Quadro 1.1 – Fonemas vocálicos do PB

/i/			/u/
/ɛ/		/ɔ/	
	/e/	/o/	
/a/			

O Quadro 1.1 é dobrado quando aparece o traço de nasalidade, pois no português distinguimos, por exemplo, *ata* de *anta*, *ido* de *indo*, *pôde* de *ponde*, e assim por diante. A distinção oral ~ nasal deixa de ocorrer apenas com /ɛ/ e /ɔ/.

O PB dispõe também de fonemas consonantais:

Quadro 1.2 – Fonemas consonantais do PB

/p/	/t/	/k/
/b/	/d/	/g/
/f/	/s/	/ʃ/
/v/	/z/	/ʒ/
/m/	/n/	/ɲ/
/l/		/ʎ/
/r/		/R/
/y/		/w/

Os Quadros 1.1 e 1.2 mostram que os fonemas se compõem de várias classes, a saber, as vogais (fonemas que podem funcionar no núcleo silábico), as consoantes e as semiconsoantes (fonemas que só podem funcionar nas margens da sílaba, caso de /y/ e /w/, ordenados no Quadro 1.2).

Para a organização desse quadro, verificamos que distinções podem ser estabelecidas entre itens lexicais iguais em tudo menos num segmento, através da formação dos pares mínimos. Formado o par, identificamos os fonemas sobre que se fundamenta a distinção entre os itens.

Assim, os seguintes itens lexicais de (1) apoiam a postulação dos fonemas vocálicos do Quadro 1.1:

- Comutando *estive* com *estava*, são identificados /i/ e /a/.
- Comutando *estive* com *esteve*, são identificados /i/ e /e/.
- Comutando *nós* com *nos* (em *nós sabemos/nos disseram*), são identificados /ɔ/ e /o/.
- Comutando *vela* com *vê-la*, são identificados /ɛ/ e /e/.
- Comutando *todo* com *tudo*, são identificados /o/ e /u/.

Para a identificação dos fonemas consonantais do Quadro 1.2, precisaremos buscar evidências em mais de um texto, tomando (1) como ponto de partida:

- Comutando *pode* com *bode*, são identificados /p/ e /b/.
- Comutando *pode* com *pote*, são identificados /d/ e /t/.
- Comutando *costa* com *gosta*, são identificados /k/ e /g/.
- Comutando *faca* com *vaca*, são identificados /f/ e /v/.
- Comutando *faca* com *faça*, são identificados /k/ e /s/.
- Comutando *caça* com *casa*, são identificados /s/ e /z/.
- Comutando *azar* com *achar*, são identificados /z/ e /ʃ/.
- Comutando *acha* com *haja*, são identificados /ʃ/ e /ʒ/.
- Comutando *mata* com *nata*, são identificados /m/ e /n/.
- Comutando *mana* com *manha*, são identificados /n/ e /ɲ/.
- Comutando *lama* com *lhama*, são identificados /l/ e /ʎ/.
- Comutando *caro* com *carro*, são identificados /r/ e /R/.
- Comutando *pai* com *pau*, são identificados /y/ e /w/.

Como já disse, os fonemas são realizados por meio de seus alofones. Podemos deixar de realizar um alofone, elidindo-o, como em *antes*, dito [ˈãts]. Nesta execução, o fonema /e/ teve uma execução zero. A elisão de unidades tais como fonemas, morfemas e funções sentenciais está sujeita a regras. No exemplo acima, elidimos o /e/ átono de *antes*, porém não o /e/ tônico de *ele*.

É impressionante constatar que com tão escassos materiais (7 fonemas vocálicos orais tônicos, 5 fonemas vocálicos nasais e 21 fonemas consonantais), a língua portuguesa constrói centenas de milhares de palavras. Ou seja, de um número pequeno de unidades fonológicas, chega-se a um número grande de unidades lexicais.

1.1.3.2. A sílaba

Os fonemas se dispõem em padrões identificáveis, maiores que os fonemas e menores que os morfemas. Esses padrões são denominados sílabas*.

As sílabas são unidades fonológicas constituídas por uma margem esquerda ou ataque silábico, um núcleo vocálico e uma margem direita ou coda. Nem todas as sílabas preenchem necessariamente todos esses constituintes, de que apenas o núcleo é obrigatório. A seguinte regra descritiva dá conta da estrutura da sílaba:

(1) Sílaba → Margem esquerda + Núcleo + Margem direita

O quadro a seguir traz alguns exemplos de sílabas:

Quadro 1.3 – Estrutura da sílaba

Exemplo	Margem esquerda ou ataque silábico	Núcleo	Margem direita ou coda
<i>há</i>	-	/a/	-
<i>pá</i>	/p/	/a/	-
<i>paz</i>	/p/	/a/	/s/
<i>pau</i>	/p/	/a/	/w/
<i>pai</i>	/p/	/a/	/y/
<i>pré</i>	Grupo pr-	/ɛ/	-

Observando a distribuição dos fonemas no interior da sílaba, descobre-se que as vogais figuram no núcleo, consoantes simples figuram em sua margem esquerda, ocorrendo restrições para os grupos consonantais, e apenas /l/, /s/ e /r/ figuram na margem direita, como em *azul, pés, ver*. Vogais e consoantes não são intercambiáveis na língua portuguesa, pois estas nunca podem figurar no núcleo silábico.

As sílabas terminadas por vogal são chamadas abertas, predominando estatisticamente sobre as sílabas terminadas por consoante ou semiconsoante, chamadas fechadas ou travadas.

Observa-se desde o latim vulgar uma tendência à abertura das sílabas. O português deu continuidade a essa tendência, tendo adotado duas soluções: (i) o PB omite a consoante travadora: cf. *os menino* por *os meninos*, *falá* por *falar*; (ii) o PE agrega uma vogal paragógica: cf. *falári* por *falar*, *comêri* por *comer* etc.

1.1.3.3. O morfema

O morfema* é a unidade mínima da estrutura gramatical. Ele associa os dois polos do signo linguístico, o significante e o significado, de acordo com a conhecida formulação saussuriana. Um morfema também é definido como o segmento maior que o fonema e menor que a palavra. Ele é realizado por meio de morfes, ou alomorfes. Transcrevemos os morfemas entre chavetas, e os alomorfes entre colchetes quadrados.

Voltando ao exemplo (1), notamos que os segmentos mínimos portadores de significação, apresentam uma parte fixa e outra variável. A partir de *conheço* poderíamos obter por comutação *conheci, conhecemos, conhecia* etc., o que permite separar <conhes->, que integra uma lista aberta, de {-o}, {-í}, {-mos}, {-ia}, que integram uma lista fechada. Tomando o segmento *pertence*, constatamos que ele poderia compor uma série semelhante, obtendo-se *pertenceço, pertenci, pertencemos, pertencia*; <pertens->, junto com <conhes->, integram uma lista aberta.

Outros segmentos do enunciado contêm igualmente uma parte fixa e outra variável, como *praia* (cf. *praias*), *lugar* (cf. *lugares*), *bonito* (cf. *bonita, bonitas, bonitos*), em que à parte fixa foram agregados os morfemas {-a} e {-s}.

Prosseguindo no exercício de comutação, constata-se que as partes variáveis (= morfemas flexionais) obtidas não se combinam livremente com as partes fixas (= morfemas radicais), tanto que não é possível obter **conheços* (como em *bonitos*), nem **lugaro, *lugari, *lugaremos, *lugaria* etc., como em *conheço, conheci, conheceremos, conheceria* etc.

Disso se conclui que os morfemas se realizam concretamente como classes diferentes; *conhecer* e *pertencer* integram uma mesma classe, denominada verbo*, ao passo que *praia* e *lugar* integram uma classe distinta, denominada substantivo*. Essa conclusão se impõe a partir de argumentos puramente formais, sem a intervenção de raciocínios semânticos do tipo verbos indicam “ações”, substantivos indicam “coisas”.

A parte fixa e a parte variável dos morfemas anteriores, por sua vez, integram classes distintas: a dos *morfemas radicais* (= parte fixa), transcritos entre colchetes angulados, e a dos *morfemas afixais* (= parte variável), transcritos entre chavetas.

Se nos limitarmos agora aos itens que integram a classe de *praia*, isto é, à classe dos substantivos, identificaremos, por exemplo, *material, pessoal, central*, em que reconhecemos um morfema radical, como <matéria>, e um morfema afixal, como {-al}. A comutação nos autoriza a afirmar que esses itens se relacionam com *matéria, pessoa, centro*. Dizemos que eles integram a mesma classe de *praia* porque podem receber um {-s}, feitas algumas adaptações: cf. *materiais, pessoais, centrais*.

Constatamos, em contrapartida, que os morfemas afixais {-s} e {-al} integram classes diferentes de afixos, visto que {-s} se aplica a qualquer radical nominal (cf. *praias, lugares, bonitas*), ao passo que

{-al} apresenta sérias restrições de combinação, pois não podemos obter **praial*, **lugaral*, **bonital*. Idêntica observação pode ser feita a propósito de {-ol}, de *espanhol*, {-ês}, de *francês* e {-eiro}, de *brasileiro*. Tais segmentos, associados semanticamente por serem patronímicos, nada têm em comum do ponto de vista morfológico, visto que não temos **espanhês*/**espanheiro*, nem **françol*/**franceiro*, nem mesmo **brasilol*/**brasilês*.

Essas constatações apontam para uma divisão entre morfemas afixais, regulares, que seguem padrões identificáveis e previsíveis, denominados *morfemas gramaticais*, e morfemas derivacionais, irregulares, que seguem padrões não previsíveis, idiossincráticos, denominados *morfemas lexicais*, ou palavras. Os morfemas gramaticais integram a gramática de uma língua, e os morfemas lexicais, seu léxico.

O repertório dos morfemas gramaticais do PB compreende morfemas segmentais, morfemas suprasegmentais, morfonemas e morfemas-zero.

- (1) Morfemas segmentais são aqueles cuja execução se desenvolve na sequência linear da cadeia da fala. Eles compreendem: (i) os morfemas afixos, ou seja, prefixos como {-des-} e sufixos como {-er}, em *desfazer*; (ii) as vogais temáticas dos substantivos ({-a}, como em *mesa*, {-o}, como em *muro*, {-e}, como em *pente*) e dos verbos ({-a}, como em *falar*, {-e}, como em *comer*, e {-i}, como em *partir*); (iii) os morfemas-vocábulo, como os verbos auxiliares, que atribuem a um verbo pleno as categorias de modo, como em *deve falar*, tempo, como em *vai falar*, e aspecto, como em *está falando*.
- (2) Morfemas suprasegmentais são aqueles que transcendem a linearidade do enunciado. Temos aqui (i) o acento, por meio do qual distinguimos *falara* ~ *falará*, *canto* ~ *cantamos*; neste caso, o que distingue as pessoas do verbo é cumulativamente a mudança do acento no radical <cant-> e a presença do morfema sufixo {-mos}; (ii) a pausa, silêncio entre uma palavra e outra, que permite distinguir *hábil idade* ~ *habilidade*, *fácil idade* ~ *facilidade*, nos conhecidos exemplos de Mattoso Câmara Jr. (1942/1954); (iii) a entoação, que nos permite distinguir a afirmação da pergunta, como em *Você vai*, em comparação com *Você vai?*.
- (3) Morfonemas ou morfemas de alternância são os morfemas que aproveitam distinções fonológicas entre vogais posteriores como /u/ ~ /o/ ~ /ɔ/ e vogais anteriores como /i/ ~ /e/ ~ /ɛ/ para promover distinções gramaticais: (i) entre classes de palavras, como adjetivo *azedo*, com /e/, verbo *azedo*, com /ɛ/; (ii) entre masculino e feminino: *grosso* ~ *grossa*, *porco* ~ *porca*, *ele* ~ *ela*, *este* ~ *esta* ~ *isto*, *aquêle* ~ *aquela* ~ *aquilo*; (iii) entre singular e plural: *ovo* ~ *ovos*, *fogo* ~ *fogos*, *osso* ~ *ossos*, *jogo* ~ *jogos*; (iv) entre pessoas do verbo: *devo* ~ *deves*, *bebo* ~ *bebes*, *movo* ~ *moves*, *fiz* ~ *fez*; (v) entre tempos verbais: *faz* ~ *fez*. A postulação do morfonema é matéria controversa na Gramática Descritiva. Há quem inscreva o problema no domínio da Fonologia, tratando-o na Morfologia como um procedimento secundário, uma questão de alternância morfológica, flexão interna etc. Outros ressaltam que a terminação *-ma*, que remete a unidades abstratas da língua, está mal usada em *morfonema*, termo que remete a uma realidade concreta. É a própria disciplina da Morfonologia que está em questão. Ficou tocado? Então leia as reflexões sobre a Morfonologia de Trubetzkoy (1957: 337-341) e Martinet (1973), entre outros.
- (4) Morfema-zero é o aproveitamento da ausência de marca material para expressar um valor gramatical. É o caso de *falo*, decomponível no morfema radical <fal-> e no morfema número pessoal {-o}, deixando-se um lugar vazio na parte do verbo que poderia ter recebido um morfema modo-temporal, como {-va}, que aparece em *falavas*, por exemplo. Diremos que a ausência deste morfema em *falo* caracteriza o presente do indicativo. A noção de signo-zero procede de Saussure (1917/1972: 102), que afirmou que “um signo material não é necessário para expressar uma ideia, a língua pode contentar-se com a oposição

de alguma coisa com nada”. O achado saussuriano – mais um! – espalhou-se pela teoria linguística. Bally (1950) propôs que além do zero morfológico há também o zero sintático, como a omissão de preposições, por exemplo. A Gramática Gerativa tratou o signo-zero como uma categoria vazia na sintaxe. Entretanto, Gleason (1955/1978: § 6.2.3) adverte que não é para sair postulando zeros por aí: “não se deve acrescentar zeros além dos limites dos espaços vazios claramente visíveis na estrutura que se está descrevendo”. De todo modo, na língua, como na vida, a ausência do som, o silêncio, também é significativo.

Como realizações concretas, os alomorfes estão sujeitos à variação. Por exemplo, a execução do morfema de plural {-s} pode comportar dois alomorfes: [s] em ambiente surdo, [z] em ambiente sonoro: compare *as facas* com *as vacas*.

- *E o que tem a ver vaca com faca?*
- *Pergunte pro açougueiro.*

Concluiremos que {-s} se realiza através de dois alomorfes fonologicamente condicionados. O mesmo ocorre com *falava* ~ *faláveis*, *falará* ~ *falarei*, em que {-va} e {-ra} apresentam dois alomorfes, {-ve} e {-re}, condicionados pelos morfemas número-pessoais {-ys} e {-y}, respectivamente.

Examinando agora *falava*, *bebia*, *partia*, notamos que, embora essas formas remetam à mesma categoria de TEMPO, elas não são intercambiáveis, pois só por brincadeira você dirá **falia*, **bebava*, **partiva*, esta última, por acaso, o imperfeito do indicativo arcaico de *partir*. Ampliando o campo de observação, verifica-se que {-va} é selecionado por verbos que integram a primeira conjugação, caracterizada pela vogal temática {-a-}, ao passo que {-ia} é selecionado por verbos que integram a segunda e a terceira conjugações, caracterizadas pelas vogais temáticas {-e-} e {-i-}. Concluiremos que esses morfemas são morfológicamente condicionados.

Mas você, que é exigente, continuará a segmentar enunciados em morfemas, habilitando-se a identificar as propriedades dos morfemas. Vejamos se nossas listas combinam:

- (1) Propriedade de recorrência: os morfemas gramaticais integram um inventário fechado, e os morfemas lexicais, um inventário aberto. Sendo poucos, os morfemas gramaticais têm alta frequência de uso.
- (2) Propriedade de cumulação: um mesmo morfema representa mais de uma categoria. Em *falo*, {-o} representa cumulativamente o número e a pessoa; em *falava*, {-va} representa o tempo e o modo. Já pensou se o PB dispusesse de morfemas distintos para cada categoria? Os bebês se recusariam a adquiri-lo!
- (3) Propriedade de redundância: uma mesma categoria pode ter representações morfológicas distintas. Em *firo*, a primeira pessoa do singular é indicada redundantemente pela vogal [i] do radical (compare com *feres*) e pelo morfema-sufixo {-o}.

A seguinte regra descritiva dá conta dos morfemas:

- (2) Morfema → Margem esquerda (prefixo) + Núcleo (morfema radical) + Margem direita (sufixos).

Nessa unidade, como nas demais, apenas o núcleo é obrigatório. O quadro a seguir reúne os morfemas gramaticais aqui mencionados.

Quadro 1.4 – Morfemas gramaticais sufixais

Morfemas nominais		Morfemas verbais	
Gênero	Número	Modo-temporais	Número-pessoais
{-a}	{-s}	Pres. Ind. – {Ø} Pres. Subj. – {-e}, {-a} Pret. Perf. Ind. – {Ø/-ra} Pret. Impf. Ind. – {-va/-ia} Pret. Impf. Subj. – {-se} Pret. Mqpf. Ind. – {-ra} Fut. Pres. Ind. – {-re} Fut. Pret. Ind. – {-ria} Fut. Subj. – {-r}	1ª pessoa {-o}, {-mos} 2ª pessoa {-s}, {-ys} 3ª pessoa {Ø}, {-ãw/-ëy}

Agreguem-se os morfemas verbais do Infinitivo, {-r}, do Particípio, {-do/-to} e do Gerúndio, {-ndo}. O Infinitivo pode combinar-se com os morfemas número-pessoais, o Gerúndio ensaiou ir pelo mesmo caminho (como na forma dialetal *falândomos disso*) e o Particípio ficou de fora. Para não entrar em depressão, ele se combina com os morfemas de gênero e número, como em *falado, falada, falados, faladas*.

1.1.3.4. A palavra

O estudo dos morfemas mostrou que determinados segmentos combinam o morfema radical ao morfema afixal. Se ampliarmos o ângulo de observações, identificaremos outros segmentos que dispõem apenas do morfema radical, não podendo flexionar-se. É o caso de *eu, através, aliás, com, não, e, durante, três* etc. Chamemos tais segmentos de palavra*, ou item lexical, unidade que associa idealmente um conjunto de morfemas.

A palavra pode ser considerada a “unidade linguística maldita”, tais são as dificuldades em conceituá-la. Segundo Rodríguez Adrados (1969 1: 259), tais dificuldades se acentuaram com a técnica estruturalista dos constituintes imediatos, “fragmentações sucessivas da oração que correspondem umas vezes ao que chamamos sintagma, outras ao que chamamos palavra, outras ao que chamamos morfema”. Mas, como reconhece Saussure (1917/1972: 128), “a palavra, malgrado a dificuldade que se tem para defini-la, é uma unidade que se impõe ao espírito, algo central no mecanismo da linguagem”.

Provavelmente esse atributo autoexplicativo das palavras decorra de sua constituência, em tudo semelhante ao que acontece com a sílaba, o sintagma e a sentença. A seguinte regra descritiva capta esse fato:

- (3) Palavra → Margem esquerda (morfema prefixal) + Núcleo (morfema radical) + Margem direita (morfema sufixal).

Com fundamento nessa regra, retire palavras do exemplo (1) e as analise, perguntando-se qual é o tipo estrutural mais frequente no PB.

Um dos resultados de análises desse tipo foi o reconhecimento das duas grandes subclasses indicadas no Quadro 1.5, a das palavras variáveis e a das palavras invariáveis. Foi lenta a identificação das classes de palavras na história das idéias linguísticas, e o leitor poderá dar-se conta disso consultando manuais de introdução à Linguística. Atualmente, há certa unanimidade em considerar que o português dispõe das seguintes classes de palavras:

Quadro 1.5 – Classes de palavras no português

Palavras variáveis	Palavras invariáveis
Verbo	Advérbio
Substantivo	Preposição
Artigo	Conjunção
Pronome	
Adjetivo	

Há vários critérios para a descrição das palavras: sua estrutura morfêmica e suas relações com outras palavras.

As palavras recolhidas no Quadro 1.5 seguem o primeiro critério, valorizando o fato de que no português elas dispõem de um morfema radical e de morfemas flexionais e derivacionais. Em consequência, dispomos de palavras variáveis e de palavras invariáveis.

Os pronomes abrigam as seguintes subclasses, não referidas no quadro: pessoais, demonstrativos, possessivos e quantificadores (definidos ou numerais, indefinidos). Essas classes serão estudadas no capítulo “O sintagma nominal” desta gramática, tomando em conta a estrutura do sintagma nominal (SN). O substantivo e os pronomes pessoais compõem o núcleo desse sintagma. O artigo, os demonstrativos, os possessivos, os quantificadores e alguns adjetivos compõem os especificadores do sintagma nominal.

Outro arranjo das palavras em classes leva em conta suas propriedades de determinar outras palavras (palavras regentes, palavras regidas) ou de predicar outras palavras (palavras predicativas, palavras predicadas).

Jespersen (1924/1971, cap. VII) deu uma importante colaboração ao investigar a segunda destas propriedades. Ele propõe que as palavras predicativas, ou modificadoras, se situam num nível inferior ao das palavras predicadas, ou modificadas. Assim, o substantivo tem nível 1 (pois não predica nenhuma classe), o verbo e o adjetivo têm nível 2 (pois predicam o substantivo) e o advérbio tem nível 3 (pois predica as classes predicativas adjetivo e verbo). Jespersen afirma que a recção de uma classe sobre outra gera a subordinação, isto é, a subordinação, a dependência entre elas. Há dois tipos de subordinação: (i) por junção, quando a um vocábulo de nível 1 se acrescenta outro de nível 2, constituindo-se um conjunto atributivo, como em *a rosa vermelha*, em que *vermelha* é o atributo de *a rosa*; (ii) por nexos, quando a um vocábulo de nível 1 se acrescentam vocábulos de nível 2 e 3, constituindo-se uma predicação complexa, como em *o cão ladra furiosamente*, em que *ladra* predica *o cão*, e *furiosamente* predica *ladra*. Sobre predicação, veja 2.2.2.3.

1.1.3.5. O sintagma

O sintagma* é a quarta unidade gramatical na hierarquia descritivista. Trata-se de uma associação de palavras articuladas à volta de cinco dentre elas: o verbo, o substantivo, o adjetivo, o advérbio e a preposição.

O termo *sintagma* provém da terminologia militar grega, em que designava um esquadrão, ou seja, um número fixo de soldados, distribuídos de forma também regular, aos quais eram atribuídas funções próprias. Os linguistas se apropriaram desse termo, que parecia talhado para indicar o modo como o substantivo, o verbo, o adjetivo, o advérbio e a preposição costumam agregar outras classes de palavras.

Como todo termo técnico, ele foi assumindo diferentes acepções que importa distinguir. Inicialmente, significava qualquer combinação na cadeia falada, como uma realização do eixo sintagmático. Os exemplos dados por Saussure (*reler, contra todos, a vida humana, Deus é bom, Se fizer bom tempo,*

sairemos) mostram que para ele um sintagma podia ser tanto uma estrutura morfológica, como em *reler*, quanto uma estrutura sintática, de nível sintagmático, como em *contra todos, a vida humana*, ou de nível sentencial, como *Deus é bom, Se fizer bom tempo, sairemos*.

O estruturalismo especializou o termo, restringindo-o à designação dos grupos de palavras que formam uma unidade sintática hierarquizada maior que uma palavra, pois resulta de uma associação de palavras, e menor que a sentença, de que é um constituinte. A classe de palavra que nucleariza o sintagma dá-lhe o nome, e assim teremos o sintagma nominal (SN), o sintagma verbal (sv), o sintagma adjetival (SAdj), o sintagma adverbial (SAdv) e o sintagma preposicionado (SP): veja os exemplos (2) a (5). Os sintagmas são transcritos entre colchetes quadrados.

Os sintagmas exemplificam a propriedade de “constituência”, isto é, a capacidade linguística de organizar expressões dotadas de uma margem esquerda, um núcleo e uma margem direita. Essa propriedade pode ser observada também nas sílabas, nas palavras e nas sentenças.

Retomando o exemplo (1), notamos que ele apresenta as seguintes expressões:

2) eu estive em Cumaná

3) é uma praia

4) é um lugar...

5) [é] *um litoral muito bonito que aliás é muito parecido com o nosso litoral norte*...

Inspecionando essas expressões, observa-se o seguinte:

- Todas elas incluem um verbo, elidido em (5), logo, todas compreendem os sintagmas verbais [*estive em Cumaná*], [*é uma praia*], [*é um lugar*], [(*é*) *um litoral muito bonito que aliás é muito parecido com o nosso litoral norte*].
- Em (2), ocorreram o sintagma nominal [*eu*] e o sintagma preposicionado [*em Cumaná*], encaixado no sintagma verbal [*estive em Cumaná*]. Para demonstrar isso, teríamos de retranscrever (2) como segue: $^{SV}[[[SN[eu]^{SN} \text{ Núcleo} [estive]^{Núcleo} \text{ SP}[em Cumaná]^{SP}]]]^{SV}$. A quantidade de parênteses quadrados iniciais indica a quantidade de sintagmas identificados. Cada um deles recebe um índice no começo e no fim da expressão, assinalando seus limites. A leitura dessa transcrição é assim: identifiquei um sintagma verbal, dentro do qual há um sintagma nominal e um sintagma preposicionado; logo, usarei três colchetes para a transcrição sintática da expressão analisada.
- Sucede que em (2) há um substantivo. Substantivos também organizam sintagmas, logo, há um sintagma nominal encaixado no sintagma preposicionado [*em Cumaná*]. A transcrição terá de ser refeita para demonstrar o achado: $^{SV}[[[estive]^{SP}[[em]^{SN}[Cumaná]^{SN}]]]^{SV}$. Não estranhe que um único substantivo, como *Cumaná*, esteja constituindo um sintagma. Como veremos no capítulo “O sintagma nominal”, a língua dispõe de sintagmas mínimos, constituídos apenas por seu núcleo.
- Você mesmo fará a análise de (3) e (4). Ultrapassando a agenda da sintaxe, note que esses sintagmas são parafraseados pelo sintagma nominal [*um litoral*], de (5). A parafrase é um dos mecanismos constitutivos do texto (veja 5.2).
- O sintagma nominal de (5) é mais complexo que os anteriores, pois ali se acham encaixados (i) o sintagma adjetival [*muito bonito*] e (ii) a sentença relativa *que aliás é muito parecido com o nosso litoral norte*. Dentro do sintagma adjetival [*muito bonito*] está encaixado o sintagma adverbial [*muito*]. Dentro da sentença relativa estão encaixados o sintagma nominal de núcleo pronominal *que*, que funciona simultaneamente como um nexos sintático, o sintagma adverbial *aliás*, o sintagma verbal [*é muito parecido com o nosso litoral norte*]. Dentro desse sintagma verbal, outros tantos sintagmas se aninham. Você mesmo poderá identificá-los.

A esta altura você já descobriu que as sentenças são um somatório de sintagmas, entre outras propriedades. Deve ser por isso que Saussure as incluiu entre os sintagmas. Separar sintagmas de sentença tem na verdade um interesse apenas prático, para a organização de uma agenda de pesquisas sintáticas.

Essa complicação esconde, entretanto, uma simplicidade enorme, se observarmos a constituição dos sintagmas. Veremos aí que, qualquer que seja sua extensão, os sintagmas compreendem a margem esquerda, ocupada pelos Especificadores, o Núcleo, ocupado por uma classe de palavra, e a margem direita, ocupada pelos Complementadores. A seguinte fórmula capta essa regularidade:

(4) Sintagma \rightarrow (Especificadores) + Núcleo + (Complementadores)

A regra descritiva (4) tem poder heurístico, pois fazendo-a recorrer construiremos um número infinito de sintagmas. O Quadro 1.6 demonstra isso. Note que Especificadores e Complementadores são constituintes facultativos, por isso vêm anotados entre parênteses.

Quadro 1.6 – Estrutura dos sintagmas

Estrutura geral dos sintagmas	Margem esquerda: Especificadores	Núcleo	Margem direita: Complementadores
SN 1	--	<i>eu</i>	--
SV 1	--	<i>estive</i>	SP \rightarrow
SP 1 (encaixado no SV 1)	--	<i>em</i>	SN \rightarrow
SN 2 (encaixado no SP 1)	--	<i>Cumaná</i>	--
SV 2	--	<i>é</i>	SN \rightarrow
SN 3 (encaixado no SV 2)	uma	<i>praia</i>	--
SV 3	--	<i>é</i>	--
SN 4 (encaixado no SV 3)	um	<i>lugar</i>	--
SN 5	um	<i>litoral</i>	SAdj \rightarrow
SAdj 1 (encaixado no SN 5)	muito	<i>bonito</i>	--
SV 4	--	<i>é</i>	SAdj \rightarrow
SAdj 2 (encaixado no SV 4)	muito	<i>parecido</i>	SP \rightarrow
SP 2 (encaixado no SAdj 2)	--	<i>com</i>	SN \rightarrow
SN 6 (encaixado no SP 2)	o nosso	<i>litoral</i>	SAdj \rightarrow
SAdj 3 (encaixado no SN 6)	--	<i>norte</i>	--

Nesse quadro, foram descritos apenas os primeiros sintagmas do exemplo (1), reservando-se uma linha a cada sintagma. A não ocorrência de Especificadores e de Complementadores foi assinalada por um travessão. Quando o Complementador é outro sintagma, anotamos o fato na coluna da direita, remetendo à linha seguinte por meio de uma flecha.

As seguintes variações terminológicas aparecem em lugar de *sintagma*: *grupo* [nominal, verbal etc.], *frase* [nominal, verbal etc.]. Para o estudo dos sintagmas, veja os capítulos “O sintagma verbal”, “O sintagma nominal”, “O sintagma adjetival”, “O sintagma adverbial” e “O sintagma preposicional”.

Somando sintagmas, obtemos a sentença, objeto da seção a seguir.

1.1.3.6. A sentença

A sentença* é a unidade que associa propriedades fonológicas (= dispõe de uma entoação), sintagmáticas (= é um conjunto de sintagmas), sintático-funcionais (= é um conjunto de argumentos e adjuntos), semânticas (= é um conjunto de papéis temáticos) e pragmáticas (= é um ato de fala*). Desnecessário dizer que cada sentença exemplifica todas essas propriedades, que serão explicadas no capítulo “Primeira abordagem da sentença”. Pode-se reconhecer que a sentença é um somatório de estruturas, e nesse sentido ela é uma unidade “também” gramatical. Se enfatizarmos suas propriedades discursivas, semânticas e pragmáticas, ela mudará facilmente de endereço, em sua qualidade de unidade polifuncional.

A designação da *sentença* não é pacífica na literatura. Você encontrará termos tais como *oração*, *frase*, *período* (conjunto de orações) etc.

Definições puramente formais da sentença aparecem em Bloomfield: “forma linguística independente não incluída por nenhuma construção gramatical em nenhuma forma linguística mais ampla” (apud Rodríguez Adrados, 1969 I: 326). Hockett (1958/1971: 201) de certa forma retoma essa definição, ao dizer que “uma oração é uma forma gramatical que não está em construção com nenhuma outra forma gramatical: um constituto que não é constituinte”. As sentenças são por ele consideradas “construções exocêntricas”. Hockett esclarece que não se deve entender “exocêntrico” como construção que tem um núcleo “exterior a ela”, e sim como “não endocêntrico”.

A inclusão da sentença nas análises gramaticais tem sido muito trabalhosa. Como unidade gramatical máxima, a Gramática Estrutural encontrou aqui grandes dificuldades, dado que a sentença soma propriedades sintáticas, semânticas e discursivas, que ultrapassam os limites da gramática tal como postulada pelos estruturalistas. Se eles dispusessem de uma interpretação multissistêmica da língua, não teriam passado por esses apuros. Mas a Gramática Estrutural toma a língua como um código, analisando tais estruturas a partir de suas propriedades “internas”, sem pontos de contato com a situação de enunciação em que foram geradas. Foi necessário desenvolver outras teorias para dar conta da complexidade encerrada nas sentenças.

Essas dificuldades refletem-se em suas definições. Ries (apud Hernández Alonso, 1984: 53) tinha recolhido nada menos que 139 definições de sentença!

Câmara Jr. (1942/1954: 164-165), por exemplo, reconhece que “a frase (= sentença) é uma entidade heteróclita; acha-se integrada numa situação, cujos elementos concretos muitas vezes complementam e suprem as deficiências da parte linguística”. Com essas palavras, Câmara Jr. está afirmando que mais de uma realidade se acolhe na sentença, desde aquela que integra “a parte linguística”, isto é, sua estrutura fonológica e gramatical, até aquela que ele representa com o termo “situação”, isto é, as dimensões semântica e pragmática da sentença.

Se isto serve de consolo, podemos lembrar, com Jespersen (1924/1971: 435), que “embora não exista acordo entre os gramáticos no nível da teoria, acontece o contrário na prática: quando se lhes oferece um grupo de palavras, eles são perfeitamente capazes de decidir se se trata ou não de uma verdadeira oração (= sentença)”.

Apesar de tudo, os modelos descritivistas conseguiram dar conta da estrutura aparente das sentenças, propondo que elas também exemplificam as regras descritivas (1) da sílaba, (2) do morfema, (3) da palavra, e (4) do sintagma, ou seja:

- (5) S → Especificador (= sujeito) + Núcleo (= verbo) + Complementador (= argumentos internos).

Analisando as primeiras sentenças do exemplo (1), obtém-se o seguinte quadro:

Quadro 1.7 – Constituintes da sentença

Sentenças	Margem esquerda: Especificador	Núcleo: Verbo	Margem direita: Complementador
(1)	<i>Eu</i>	<i>estive</i>	<i>em Cumaná</i>
(2)	--	<i>É</i>	<i>uma praia</i>
(3)	--	<i>É</i>	<i>um lugar... um litoral muito bonito</i>
(4)	<i>que (aliás)</i>	<i>é muito parecido</i>	<i>com o nosso litoral norte</i>

A regra (5) corresponde à teoria da X-barrada da Gramática Gerativa (Mioto / Silva / Lopes, 1992/2005: 41-115). Ela não esgota aqui sua capacidade explanatória (ver 5.2.1). Veja, também, como é possível encontrar linhas de força nas definições de sentença consultando o capítulo “Primeira abordagem da sentença”. Para a análise de outras propriedades da sentença, veja também os capítulos “Estrutura funcional da sentença”, “Minissentença e sentença simples: tipologias” e “A sentença complexa e sua tipologia”.

Resumindo o que se disse em 1.1, constata-se que unidades linguísticas tais como o fonema, o morfema, o sintagma e a sentença reúnem em si as propriedades de regularidade, determinação e lugar de figuração no enunciado. O sintagma e a sentença exibem também a propriedade de concordância. Em seu conjunto, essas propriedades retratam a conexidade que encontramos no interior de cada unidade.

A teoria sobre as unidades da língua se constituiu na pedra de toque para seu entendimento como uma estrutura. Dela se ocupa a Gramática Descritiva, que descreve a partir de um dado *corpus* os fonemas, os morfemas, os sintagmas e as sentenças, propondo regras descritivas para dar conta dessas unidades e para obter generalizações.

A teorização sobre essas unidades e o entendimento da língua como uma estrutura representou uma “construção pouco a pouco”.

É muito importante entender que *toda reflexão sobre a língua começa pela descrição das expressões*. Ao mesmo tempo que descrevemos, vamos identificando os grandes processos linguísticos que se escondem por trás da multidão dos dados. Sem a Gramática Descritiva, as teorias gerais sobre a língua não teriam avançado. Ela representa um marco não ultrapassável, qualquer que seja nosso interesse específico.

De todo modo, a enorme complexidade da sentença acabou por empurrar a teoria sobre a língua e sobre a Gramática para outro patamar, caracterizado na seção 1.2.

LEITURAS SOBRE GRAMÁTICA DESCRITIVA E ESTRUTURALISMO LINGUÍSTICO

Saussure (1917/1972), Sapir (1921/1954), Jespersen (1924/1971), Bloomfield (1933), Câmara Jr. (1942/1954), Hjelmslev (1943/1975), Gleason (1955/1978), Trubetzkoy (1957), Hockett (1958/1971), Borba (1963), Lepschy (1966/1971), Apresjan (1966/1980), Rodríguez Adrados (1969), Martinet (1973), Franchi (1976), Biderman (1978), entre outros.

1.2. A LÍNGUA É UM CONJUNTO DE PROCESSOS ESTRUTURANTES: GRAMÁTICA FUNCIONALISTA

Humboldt (1836/1990: 63) havia traçado um programa de pesquisas que o identifica plenamente com o entendimento da língua como um processo estruturante – não apenas como um elenco de produtos, focalizados pelo estruturalismo.

Ele afirmou que

deve-se considerar a língua não tanto como um produto inerte, mas sobretudo como produção; [deve-se] abstrair em maior medida sua ação designadora de objetos, e mediadora da compreensão, remontando com maior afinco à sua origem, tão estreitamente unida à atividade interior do espírito, e à influência que exercem a linguagem sobre esta, e esta sobre aquela.

Aprofundando sua definição da língua como uma entidade dinâmica, ele diz que “a língua mesma não é uma obra (*érgon*), mas uma atividade (*enérgeia*); por isso, sua verdadeira definição só pode ser genética” (Humboldt 1836/1990: 65).

Em seguida, Humboldt passa a operar com os conceitos de “forma da língua” e “matéria da língua”. Ele mostra que a matéria da língua é heterogênea, caótica, e tem sido descrita e sistematizada pela gramática e pelo dicionário, que servem ao aprendizado, mas não explicam sua verdadeira natureza.

Já a forma é um “elemento constante e homogêneo que subjaz ao trabalho do espírito por meio do qual o som articulado é elevado à expressão das ideias [...]; [esse elemento é] apreendido da maneira mais cabal possível em seu travejamento interno, e exposto com sistema”. Naturalmente, a forma da língua é “uma abstração construída pela ciência”, e “não deve ser entendida tão somente como a chamada forma gramatical”. Priorizando aparentemente a forma sobre a matéria enquanto objeto de estudos e de definição da língua, ele afirma que “num sentido absoluto, dentro da língua não pode haver matéria sem forma”, e até o som articulado deriva sua natureza “justamente pela forma que ele recebe” (Humboldt, 1836/1990: 66-69).

A contribuição maior de Humboldt está em pôr em segundo plano a função comunicativa como uma consideração central para a compreensão da linguagem. Ele afirma repetidas vezes que a importância maior da língua está em permitir a construção de uma visão do mundo, em constituir nossas experiências para que, secundariamente, possamos compartilhá-las com o outro – daí ser ela uma *enérgeia*, pois constantemente retorna sobre si mesma e se reconstrói (Humboldt, 1836/1990: 157).

Carlos Franchi (1976: 47-48) tematizou cuidadosamente estas ideias da “língua como uma atividade constitutiva”. Em sua tese de doutoramento, ele argumenta que

antes de ser para a comunicação, a linguagem é para a elaboração; antes de ser mensagem, a linguagem é construção do pensamento; antes de ser veículo de sentimentos, idéias, emoções, aspirações, a linguagem é um processo criador em que organizamos e informamos as nossas experiências.

E mais adiante:

A função de comunicar não é sua função única, e nem mesmo sua função essencial: ela permite antes pensar [...] um pensar analógico que não exige a equivalência nem a transitividade, mas o devaneio sem volta da similitude e da metáfora, sem quadros fixos de valores, sem limites categoriais precisamente impostos, sem necessidade de conclusões.

Acredito que para considerar os fenômenos deste interessantíssimo ponto de vista, examinados aliás por Ilari (2003), será necessário adotar a posição epistemológica atualmente designada por “ciência dos domínios complexos”. Se dermos esse passo, integraremos a Linguística entre as ciências que debatem questões que vêm alargando os interesses científicos a partir da década de 1970: o movimento dos fluidos, o tempo meteorológico, as oscilações dos sistemas econômicos, o ritmo do crescimento populacional, as proteínas como sistemas em movimento etc. A seu tempo, entidades que “não se encaixavam” nos sistemas de classificação trouxeram problemas científicos, tais como o camelo para Aristóteles, o rinoceronte para Marco Polo, que o tratou como um unicórnio, e o ornitorrinco para a Biologia do século XVIII (Eco, 1997/2000).

No quadro das ciências clássicas, os modelos determinísticos não conseguiram dar conta dos fenômenos dinâmicos de que fala Humboldt, visto que a ordem que se supunha existir por toda parte não mostrou aqui sua esperada elegância e previsibilidade.

Uma nova abordagem científica vem se desenvolvendo para dar conta desses problemas, que passaram a ser mais bem entendidos como processos criativos, não como exceções incômodas. Ela se tornou conhecida como a “ciência dos sistemas complexos”, também denominada “teoria do caos” (Gleick, 1988: 43). Os termos “caos” e “sistemas complexos” se alternam na literatura específica, mas aqui será dada preferência ao segundo termo.

A ciência dos sistemas complexos representa uma revolução científica que se aplica a domínios tão variados como a Meteorologia, a Economia, a Biologia, a Física, a Antropologia, com forte apoio na Matemática e nas Ciências da Computação. Em seu conjunto, elas se propõem a ampliar os domínios e procedimentos da ciência. Então, vejamos o que é isso.

Os seguintes objetos caracterizam o campo da ciência dos sistemas complexos, segundo se depreende das pesquisas resenhadas por Gleick (1988), Waldrop (1993) e Cilliers (2000):

- *Os componentes dos sistemas complexos exibem um tipo de ordem sem periodicidade, em fluxo contínuo, em mudança – como queria Heráclito.*

Os sistemas complexos nunca atingem a estabilidade, deslocando-se como pêndulos para lá e para cá.

No domínio da Linguística, os neogramáticos tinham identificado e registrado casos de nasação convivendo com casos de desnasalação, a palatização de braços dados com a despalatização etc. Isso aponta para um movimento pendular no interior das línguas, raciocínio que nos leva a Lightfoot (1999), quando ele afirma que

a mudança gramatical é mais imprevisível do que se pensa (Lightfoot, 1999: 19).

ela é caótica, no sentido técnico [dessa palavra] (Lightfoot, 1999: 259).

a gramática muda como uma bola de bilhar numa superfície ondulada (Lightfoot, 1999: 206).

a noção de que havia uma direcionalidade [na mudança] [...] desabou em sua própria circularidade (Lightfoot, 1999: 208).

Respaldando o entendimento da língua como um sistema complexo, que exhibe “um tipo de ordem sem periodicidade, em fluxo contínuo, em mudança”, Moraes de Castilho (2005a) constatou a oscilação entre a configuracionalidade e a não configuracionalidade sintática na história do português. Naro / Scherre (2007) mostram que nos dialetos itálicos pré-românicos o -s final enfraqueceu-se e caiu, mas isso não impediu que ele reaparecesse no século II, desaparecendo de novo nas línguas românicas em geral.

- *Os sistemas não são lineares, são dinâmicos, exibem um comportamento irregular, imprevisível.*

Os sistemas combinam a estabilidade e o caos (Gleick, 1988: 68 e 79). Como reconhecem os autores citados por Waldrop (1993: 11 e 145-185), um sistema é complexo “no sentido de que muitos agentes independentes interagem uns com os outros de formas muito variadas”. Neles, “o mesmo material vai e vem em combinações infinitas” (Waldrop, 1993: 335). Esses agentes são imprevisíveis, caóticos, e atuam em paralelo, simultaneamente, não passo a passo. Não é possível identificar um agente que determine ou atue sobre outros agentes. Os neurologistas afirmam que “não há um neurônio-mestre no cérebro”. O que ocorre é um polifuncionalismo entre os agentes.

Processo e produtos convivem nas línguas naturais. A Gramática Descritiva tem-se fixado nos produtos. Para considerar o processo, a percepção de sistemas hierarquicamente organizados terá de ceder o passo a outra epistemologia. Em consequência, os sistemas complexos não podem ser entendidos simplesmente através da análise de seus componentes, devendo-se ter em mente a in-

teração entre eles. Em outras palavras, “recortando o sistema, o método analítico destrói o que está tentando entender” (Cilliers, 2000: 2).

Objetos tão complexos como o cérebro e a língua do dia a dia não abrem espaço para as descrições exclusivamente analíticas. Com isso, os componentes dos sistemas complexos não são definíveis por si sós, e sim através do relacionamento estabelecido entre eles. A memória, por exemplo, não reside num neurônio, mas nas relações entre neurônios. O significado é determinado por relações dinâmicas entre os componentes do sistema, e com isso retomam sua força as afirmações de Saussure sobre a *langue* como um sistema em que tudo se entrelaça, e ainda aquela outra segundo a qual “na língua não há senão diferenças” (Cilliers, 2000: 38-47).

Ora, as línguas naturais ilustram igualmente esse comportamento, bastando tomar como exemplo uma transcrição da língua falada. Quando aplicados à oralidade, os princípios descritivos de corte clássico acabam por limitar-se a alguns restos, a algumas estruturas estáticas que não representam o tremendo dinamismo de que é feita a oralidade. O “grosso da tropa”, por assim dizer, é descartado, dada a insuficiência da postulação teórica.

Como esses eram os princípios disponíveis no momento em que tomaram vulto os estudos sobre a língua falada, não faltou quem alegasse que essa modalidade não tem sintaxe, não é um objeto científico etc. Voltarei mais adiante ao binômio “oralidade/dinamismo”.

- *Os elementos dos sistemas complexos exibem relacionamentos simultâneos, não são construídos passo a passo, linearmente. Eles são adaptáveis e auto-organizados.*

A. Stuart Kaufmann (apud Waldrop, 1993: 107), mostra que os genes de uma célula exemplificam essa afirmação: “o fato de que um único genoma pode ter muitos padrões estáveis de ativação bem pode ser o que lhe permite dar origem a muitos tipos diferentes de células durante seu desenvolvimento”.

Para dar conta desses fenômenos, a ciência dos domínios complexos assume as seguintes posições:

- (1) *As anomalias identificadas pela abordagem clássica exemplificam fenômenos vitais para o entendimento do problema, e não deveriam ser descartadas como aberrantes.*

A ciência deveria tentar entender tais fenômenos, em lugar de fazer previsões (Waldrop, 1993: 43, citando William Brian Arthur).

- (2) *Uma nova topologia do impreciso, do vago, do aproximativo, precisará ser proposta.*

A geometria euclidiana, por exemplo, não permite que entendamos a complexidade, visto que nuvens não são esferas, montanhas não são cones, e a luz não viaja numa linha reta: “A nova geometria espelha um universo que é desigual, não perfeito, áspero, não macio. É a geometria do esburacado, do quebrado, do retorcido, intrincado, embaraçado e entrelaçado” (Gleick, 1988: 94).

No domínio das línguas naturais, o arranjo euclidiano do espaço serve como um ponto de partida para o estudo das preposições, por exemplo, mas esse arranjo é logo alterado pelos esquemas imagéticos, pelas projeções dos espaços mentais e por outros processos cognitivos (Ilari et al., 2008; veja também o capítulo “O sintagma preposicional”). Outros reflexos dessa posição nos estudos linguísticos aparecem na teoria dos protótipos (Lakoff, 1975, 1982).

- (3) *Os sistemas complexos são adaptáveis e auto-organizados, seus agentes ganham experiência e revêm constantemente sua atuação.*

Esses sistemas nunca atingem um estado de equilíbrio. O equilíbrio não tem lugar entre as características dos fenômenos complexos. A atuação das economias, das mentes e dos organismos apenas antecipa como o mundo será. No campo da Linguística, essas observações tornam sem sentido afirmações do tipo “época linguística de desenvolvimento máximo”, “período de decadência”, “melhora linguística”, e assim por diante. Ao contrário, pesquisadores em Biologia vêm dando valor

maior aos processos conhecidos como de autorregulação. Segundo Cilliers (2000: 89), “a responsabilidade principal do argumento será demonstrar que a estrutura interna pode evoluir sem a intervenção de um executor externo ou a presença de alguma forma centralizada de controle interno”. A propriedade de autorregulação mostra a importância da história no estudo dos sistemas complexos. Visto que esses sistemas são continuamente transformados pelo entorno e por eles mesmos, traços de sua história escassamente permanecem, distribuídos ao longo do sistema (Cilliers, 2000: 108).

(4) *A competição nos sistemas é mais importante que sua consistência.*

A consistência é uma quimera, visto que num mundo tão complicado não há garantias de que mesmo os experimentos científicos sejam consistentes. Os testes sintáticos, por exemplo, nem sempre ajudam no conhecimento dos dados, visto que eles podem interferir no fenômeno sob análise, abrindo caminho a outras realidades.

(5) *Finalmente, ao tratar de fenômenos complexos nenhum método revelará por si mesmo o objeto por inteiro* (Cilliers, 2000: viii-ix e 23).

Aplicada às línguas naturais, esta percepção implica que não poderemos nos ater a um modelo teórico apenas. A complexidade linguística põe em cheque uma afirmação constantemente repetida entre nós, acerca da necessidade de consistência teórica e da proibição de posições ecléticas. Para rever essa afirmação, precisamos levar em conta a natureza do objeto empírico sob exame. Os modelos clássicos dão conta das estruturas cristalizadas. Os modelos que a ciência dos domínios complexos vier a desenvolver na Linguística darão conta das estruturas em construção.

Vamos elaborar ligeiramente o possível lugar da Linguística neste novo campo científico. Embora até aqui, tanto quanto saiba, os linguistas não tenham aparecido no Instituto Santa Fé (Novo México), voltado para as ciências da complexidade, eles tinham dado início, entretanto, a pesquisas bastante assemelhadas, sejam aquelas derivadas do choque produzido pelos estudos da língua falada nas teorias linguísticas disponíveis, sejam aquelas abrigadas sob o rótulo de Linguística Cognitiva. Novas indagações foram feitas. Novos caminhos começaram a ser delineados. Nesta gramática, procurarei integrar os postulados anteriores nas reflexões sobre o PB.

Para entender o PB como um sistema complexo, relembremos inicialmente a lição de Ferdinand de Saussure, já aqui mencionada: a língua é um objeto escondido, não suscetível de uma observação direta. Assim, para desenvolver pesquisas sobre ela, precisamos postular uma teoria. A teoria que orienta esta gramática tem um fundamento funcionalista-cognitivista, cujos princípios serão enunciados em 1.2.2, a que adiciono uma teoria multissistêmica da língua, desenvolvida em 1.2.3.

Nesta altura você estará se perguntando:

– *Quero ver se estou entendendo isso direito. Devo deixar de lado as teorias linguísticas baseadas nas ciências clássicas? O lance agora é ir de ciência dos domínios complexos, considerando que a teoria multissistêmica é seu profeta?*

Melhor insistir que a língua abriga em si estruturas razoavelmente cristalizadas, perfeitamente passíveis de descrição a partir dos postulados das ciências clássicas, com suas repercussões na Gramática Tradicional e nas gramáticas formais. Ao lado disso, há um número considerável de estruturas em andamento, muito documentadas na língua falada. Para estas, as gramáticas funcionalistas-cognitivistas oferecem respostas mais consistentes.

Veamos então mais de perto os fundamentos teóricos da Gramática Funcionalista-Cognitivista em que me baseio:

- (1) Em 1.2.1, repasso o embate formalismo vs. funcionalismo na reflexão gramatical.
- (2) Em 1.2.2, exponho os postulados de uma gramática multissistêmica funcionalista-cognitivista, propondo alguns princípios compartilhados pelos sistemas dessa gramática.

- (3) Finalmente, em 1.2.3, trato do diálogo da teoria multissistêmica com outras teorias.

1.2.1. FORMALISMO E FUNCIONALISMO NA REFLEXÃO GRAMATICAL

Há certa unanimidade na identificação das duas grandes correntes que perpassam a reflexão linguística contemporânea, o formalismo e o funcionalismo. Alguns autores enumeram outros pares conceituais usados para designar essas correntes, respectivamente, Linguística independente do falante *vs.* Linguística centrada no falante, Linguística estrita *vs.* Linguística não estrita, Micro-linguística *vs.* Macrolinguística, Linguística autônoma *vs.* Linguística integrativa, Gramática *a priori* *vs.* Gramática emergente etc.

Mesmo correndo o risco da caricatura, vou admitir, com Dell Hymes (1974) e Dik (1978/1981: 5, 1989), que as seguintes afirmações caracterizam essas duas posições:

Formalismo: A língua é um conjunto de orações, cujo correlato psicológico é a competência, isto é, a capacidade de produzir, interpretar e julgar a gramaticalidade das orações. Segue-se que as orações devem ser descritas independentemente de sua localização contextual, e a sintaxe é autônoma com respeito à semântica e à pragmática. Diferentes graus de idealização dos dados podem ser considerados, sendo indispensável seguir considerando uma língua I, distinta de uma língua E.²

Funcionalismo: A língua é um instrumento de interação social, cujo correlato psicológico é a competência comunicativa, isto é, a capacidade de manter a interação por meio da linguagem. Segue-se que as descrições das expressões linguísticas devem proporcionar pontos de contato com seu funcionamento em dadas situações. A Pragmática é um marco globalizador, dentro do qual se deve estudar a Semântica e a Sintaxe.

Entendendo que a sintaxe, juntamente com a fonologia e a morfologia, compõem a gramática, e esta, juntamente com o léxico, o discurso e a semântica integram os quatro sistemas linguísticos das línguas naturais, veremos no que o formalismo e o funcionalismo se distinguem apenas na estratégia de abordagem do fenômeno linguístico e no papel conferido a esses sistemas. Fora daqui, essas teorias se assemelham, por exemplo, no reconhecimento das categorias lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais, mudando a ênfase em seu enfoque.

A Sintaxe Formal contextualiza a língua nela mesma, isto é, nas suas propriedades internas e nas relações que podem ser estabelecidas entre os constituintes e seus significados (Dillinger, 1991). Ela compreende a Sintaxe Estrutural e a Sintaxe Gerativa, cujo primeiro produto na língua portuguesa foi o trabalho de Querido (1967). Ambas deixam de lado as indagações sobre a criação das estruturas numa dada situação social, concentrando-se nas estruturas cristalizadas da língua. Os dois modelos se unem no silêncio gerado à volta do discurso, e se distinguem em que o estruturalismo postula a língua como uma estrutura composta de diferentes hierarquias, centralizadas na fonologia, enquanto o gerativismo postula a língua como uma atividade mental, em que se buscam princípios universais, sendo a sintaxe seu componente central.

² Língua I = língua internalizada, de natureza mental. Língua E = língua externalizada, de natureza vocal ou gestual.

A Sintaxe Funcional contextualiza a língua na situação interacional a que as estruturas se correlacionam, prestando mais atenção ao modo como ela se gramaticaliza, ou seja, ao modo como ela representa as categorias sociais e cognitivas em sua estrutura gramatical. Há vários funcionalismos, preocupados sempre em dar conta dos usos linguísticos: a Escola Linguística de Praga, com sua abordagem informacional da sentença, a Gramática Sistemática de M. A. K. Halliday, a Gramática Funcional de Simon Dik, a Sintaxe Interacional de Sandra Thompson e T. Ono e a teoria da gramaticalização, para ficar com algumas delas. Essas tendências da Sintaxe Funcional têm em comum eleger o discurso e a semântica como componentes centrais de uma língua e seu ponto de partida, considerando-se a gramática como seu ponto de chegada. Desiste-se da postulação apriorista da Gramática, buscando-se identificar os processos que se escondem por trás das estruturas gramaticais.

Alguns antecedentes permitiram a eclosão da Sintaxe Funcional, tal como a conhecemos no período posterior à década de 1970. Esses antecedentes constituíram a chamada “Linguística da Enunciação”: (i) as ideias de Charles Bally sobre uma Linguística da *parole*, e as de Dwight Bolinger sobre as relações entre significado e forma, (ii) os ensaios de Émile Benveniste sobre os pronomes e sobre o aparelho formal da enunciação, e (iii) as pesquisas sobre as funções linguísticas de Karl Bühler, Roman Jakobson e outros.

O formalismo e o funcionalismo se fixaram fortemente na Linguística brasileira, embora os estudos funcionalistas sejam mais recentes, notando-se na atualidade alguns pontos de convergência entre esses modelos. Assim, o gerativismo faz menções à Semântica em sua subteoria dos papéis temáticos, considerada por Kato (1998) um possível ponto de convergência, e na questão do foco. A Sintaxe Funcional, por seu turno, não pode deixar de lado as regularidades da estrutura da língua, nem sempre explicáveis por determinações de caráter social. DuBois (1985) chama a atenção para isso, quando fala nas “motivações em competição” que assinalam as línguas naturais. De acordo com esse autor, identificam-se aí, de um lado, as necessidades discursivas dos falantes, no quadro de um “funcionalismo transparente” e, de outro, as forças internas de um “estruturalismo autônomo”. Esses termos parecem retomar o contraste entre processos e produtos mencionados em 1.2.

Os quadros a seguir, organizados a partir de Dell Hymes (1974) e Dik (1978/1981), reúnem as principais características de ambos os modelos.

Quadro 1.8 – Formalismo e funcionalismo segundo Dell Hymes (1974)

ENUNCIADOS COMO ESTRUTURAS	ENUNCIADOS COMO MANIFESTAÇÃO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA
1. Estrutura da linguagem (código) como gramática.	1. Estrutura da fala (ato, evento) como modos de falar.
2. O uso apenas implementa o que é analisado como código. A análise do código vem antes da análise do uso.	2. A análise do uso vem antes da análise do código. A organização do uso revela traços e relações adicionais; mostram-se o código e o uso em relação integral e dialética.
3. Função referencial: usos plenamente semantizados como norma.	3. Escala de funções estilísticas ou sociais.
4. Elementos e estruturas entendidos como analiticamente arbitrários.	4. Elementos e estruturas etnograficamente adequados.
5. Equivalência funcional das línguas. Todas as línguas são potencialmente iguais.	5. Diferenciação funcional das línguas, variedades e estilos. As línguas não são necessariamente iguais.

6. Código e comunidade únicos e homogêneos.	6. Comunidade de fala como matriz de repertórios e estilos de fala (“organização da diversidade”).
	7. Consideram-se aceitos, ou se postulam arbitrariamente, conceitos tais como <i>comunidade de fala</i> , <i>ato de fala</i> , <i>competência do falante</i> , <i>funções da fala e da linguagem</i> .

Quadro 1.9 – Formalismo e funcionalismo segundo Dik (1978/1981: 4)

PARADIGMA FORMAL	PARADIGMA FUNCIONAL
1. A língua é um conjunto de sentenças.	1. A língua é um instrumento de interação social.
2. A função primária da língua é a expressão dos pensamentos.	2. A função primária da língua é a comunicação.
3. O correlato psicológico da língua é a competência: a capacidade de produzir, interpretar e julgar sentenças.	3. O correlato psicológico da língua é a competência comunicativa: a habilidade de conduzir a interação social por meio da língua.
4. O estudo da competência tem uma prioridade lógica e metodológica sobre o estudo do desempenho.	4. O estudo do sistema linguístico deve ter lugar no interior do sistema de usos linguísticos.
5. As sentenças de uma língua devem ser descritas independentemente do contexto em que ocorreram.	5. A descrição dos elementos linguísticos de uso de uma língua deve proporcionar pontos de contato com o contexto em que ocorreram.
6. A aquisição da língua é inata. Os <i>inputs</i> são restritos e não estruturados. A teoria do estímulo é pobre.	6. A criança descobre o sistema que subjaz à língua e ao uso linguístico ajudada por <i>inputs</i> de dados linguísticos extensos e altamente estruturados, presentes em contextos naturais.
7. Os universais linguísticos são propriedades inatas do organismo biológico e psicológico dos homens.	7. Os universais linguísticos são especificações inerentes às finalidades da comunicação, à constituição dos usuários da língua e aos contextos em que a língua é usada.
8. A sintaxe é autônoma em relação à semântica. A sintaxe e a semântica são autônomas com relação à pragmática, e as prioridades vão da sintaxe à pragmática via semântica.	8. A pragmática é a moldura dentro da qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. A semântica é dependente da pragmática, e as prioridades vão da pragmática para a sintaxe via semântica.

O estruturalismo, examinado em 1.1, e o prescritivismo, que será examinado em 1.3, têm em comum postular a língua como um fenômeno homogêneo, sendo que aquele autonomiza a Linguística enquanto disciplina científica. Já o funcionalismo, resumido nos quadros anteriores, considera a língua como um fenômeno heterogêneo, como uma atividade social por meio da qual veiculamos as informações, externamos nossos sentimentos e agimos sobre o outro. Assim concebida, a língua

é um somatório de usos concretos, historicamente situados, que envolve sempre um locutor e um interlocutor localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico previamente negociado. A Linguística, por via de consequência, deixa de ser uma disciplina científica autônoma, buscando pontos de contato com a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a Semiologia, a Ciência Política, a História e a Filosofia, “interdisciplinarizando-se”, por assim dizer.

Para situar-se em relação ao tema “língua como atividade social”, o modelo funcionalista desenvolveu reflexões sobre as *funções da língua*.

A primeira contribuição veio do antropólogo Malinowski (1923/1972), que estudou a cultura polinésia e em cuja língua identificou três funções: (i) a função pragmática, dada pela língua em ação; (ii) a função mágica, dada pela língua como uma forma de controle sobre o meio ambiente; e (iii) a função narrativa, dada pela língua como uma sorte de depósito de informações úteis.

Mas foi a formulação de Bühler (1934/1961) a que mais divulgação alcançou entre nós, graças aos trabalhos de Joaquim Mattoso Câmara Jr. Segundo Bühler, três são as funções da língua como uma atividade social: (i) informar, ordenando e representando a realidade circunstante, donde a *função representativa*, em que predomina o assunto; (ii) manifestar estados da alma, exteriorizando nosso psiquismo, donde a *função emotiva*, em que predomina o falante; (iii) influir no comportamento do interlocutor, atuando sobre ele, donde a *função apelativa*, em que ressalta o ouvinte. Segundo Bühler, as línguas naturais codificam de diversos modos essas três funções.

Jakobson (1963: 19 e ss.) tornou mais claro o lado social da comunicação, estabelecendo os seguintes fatores dessa operação: o emissor, o receptor, o tema, o código, o canal e a mensagem. Já veremos como a ênfase em cada um desses fatores permitiu-lhe ampliar a teoria das funções linguísticas. Esse linguista desdobrou as funções de Bühler em seis, pois destacou os fatores “canal”, “código” e “mensagem” no processo da interação social. Ele estabeleceu as funções:

- (i) referencial, que corresponde à função representativa de Bühler;
- (ii) emotiva, que corresponde à função de mesma designação;
- (iii) conativa, que corresponde à função apelativa;
- (iv) fática, pela qual avaliamos continuamente se o canal utilizado está sendo eficiente (e isso motivou os estudos dos “bordões do diálogo” de Beinhauer (1964), para ficar apenas em um dos autores cujos temas seriam abundantemente retomados pela Análise da Conversação, na década seguinte);
- (v) metalinguística, que enfatiza o código e que é acionada toda vez que damos explicações sobre o sentido de uma palavra ou expressão;
- (vi) poética, que põe a mensagem em relevo, exemplificada pela concentração de nossa atenção sobre os elementos da linguagem, adensando seu conteúdo significativo e levando-o a uma polivalência que ultrapassa a dimensão meramente referencial.

Ao lançar as bases para sua Gramática Funcional, Halliday aprofundou as relações entre o sistema linguístico e as necessidades da comunicação. Ele aponta três macrofunções:

- (i) ideacional: a língua serve de veículo para a transmissão de informações entre membros da sociedade, “isto é, da experiência que o falante tem do mundo real, inclusive do mundo interior de sua própria consciência”;
- (ii) interpessoal: através da língua, estabelecemos, mantemos e especificamos relações com outros membros de nossa sociedade, “para a expressão de papéis sociais, que incluem os papéis comunicativos criados pela própria linguagem – por exemplo, os papéis de perguntador ou respondente [...], e também para conseguir que coisas sejam feitas, por via de interação entre uma pessoa e outra”;
- (iii) textual: a língua provê a textura e a organização do discurso com relevância para cada situação (Halliday, 1970: 136-137).

Numa palestra para professores primários, ele examinou a língua materna do ponto de vista da criança, distinguindo-se dos autores anteriores, que se preocuparam com a linguagem adulta (Halli-

day, 1973). Entre as crianças, ajuíza Halliday, a língua não conta como um veículo de informação, pois há outras tarefas igualmente importantes que ela realiza, algumas das quais já entrevistadas por Malinowski (1923/1972). Ele enumera as seguintes tarefas:

- (i) Instrumental (= “*eu quero...*”): por essa função a criança consegue que coisas sejam feitas.
- (ii) Regulatória (= “*faça como estou dizendo, faça assim*”): a língua intervém de várias maneiras em todos os processos de interação através dos quais os adultos impõem regras e instruções ao comportamento da criança. Adquirida a consciência dessa função, a criança passa a fixar para outras crianças da mesma idade sequências ordenadas de instruções, que em seguida são transformadas em regras, inclusive condicionais.
- (iii) Interacional (= “*eu e você...*”): função que objetiva definir e consolidar o grupo, incluir e excluir, impor e contestar um *status*, zombar, enganar, convencer etc.
- (iv) Pessoal (= “*olha eu aqui...*”): função de tomada de consciência da individualidade da criança e de exteriorização dessa tomada de consciência.
- (v) Heurística (= “*por quê?*”): uso da língua como meio de explorar o ambiente, formulando hipóteses e discutindo-as.
- (vi) Imaginativa (= “*faz de conta que...*”): criação de um mundo à parte através da língua, sem relação necessária com a realidade, visto que essa função não corresponde necessariamente à expressão de um conteúdo.
- (vii) Representativa (= “*tenho uma coisa para contar...*”): uso da língua como meio de comunicar acerca de algo, de expressar proposições.

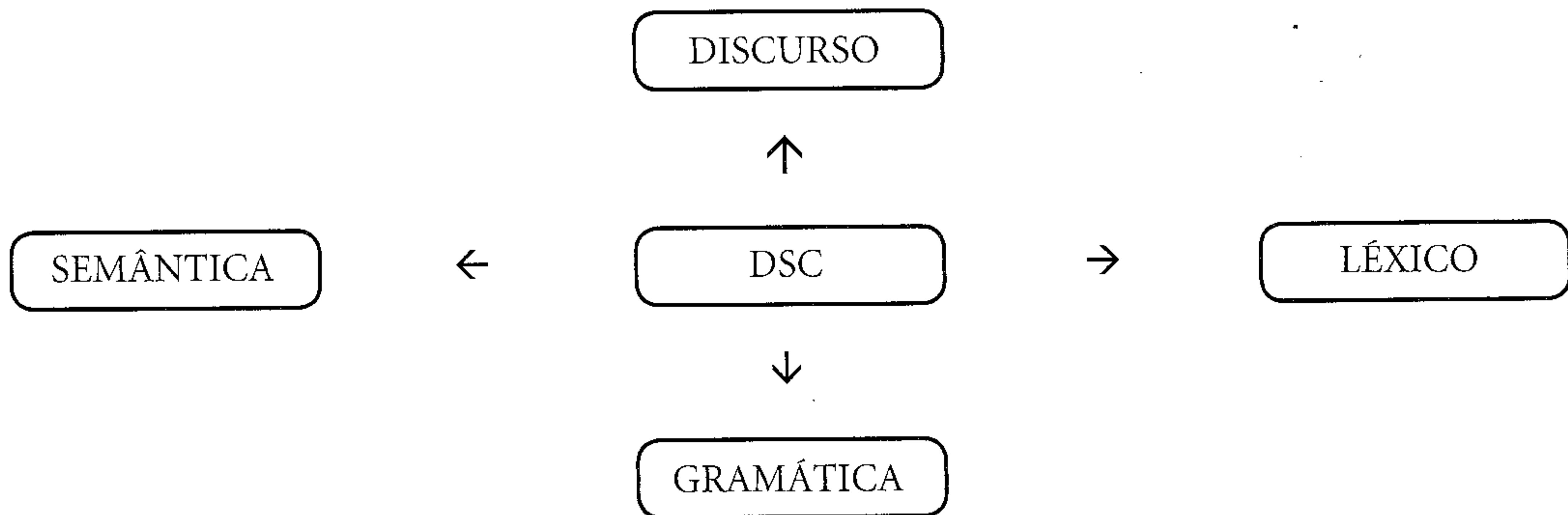
A Gramática Funcional procura correlacionar as classes, as relações e as funções com as situações sociais concretas em que elas foram geradas. Para situar a língua em seu contexto social, ela ultrapassa o limite da sentença e avança na análise de textos extensos. Esse ramo de estudos “desencapsulou” a língua de seus rígidos limites estruturalistas e gerativistas, estabelecendo correlações entre os fatos gramaticais e os dados da comunidade que os gerou. Pode-se dizer que a Gramática Funcional reage contra a “pasteurização” da língua sustentada pela atitude formalista, que postula a língua como uma atividade mental ou como um código.

Os funcionalistas, com efeito, não escondem seu desgosto quando confrontados com as análises gramaticais que tomam sentenças descontextualizadas como matéria-prima para as reflexões. A esse respeito, Halliday (1974: 98 e ss.) propõe claramente uma mudança de enfoque, mediante a concentração da atenção nos usuários e nos usos da língua, valorizando o emissor, o receptor e a variação linguística no quadro da reflexão gramatical.

O funcionalismo acolhe uma série de teorias auxiliares: (i) a língua como competência comunicativa; (ii) a língua como um conjunto de funções socialmente definidas; (iii) a língua como um conjunto de atos de fala; (iv) a língua como variação e mudança; (v) a língua como discurso.

Dadas tantas teorias auxiliares, é legítimo perguntar-se se o funcionalismo tem alguma unidade ou se não passa de uma federação de teorias.

Passo agora a detalhar a teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista, modelo em desenvolvimento, segundo o qual os fatos nesta gramática serão ordenados. Num primeiro momento, recolho numa representação gráfica os sistemas de que é feita uma língua, segundo essa teoria.



Neste gráfico, DSC significa “dispositivo sociocognitivo”. As flechas indicam que o DSC afeta todos os sistemas linguísticos. Observe-se que não há linhas reunindo os sistemas do discurso, da semântica, do léxico e da gramática, conceituados aqui em sua independência uns em relação aos outros. Interfaces podem ocorrer, mas não regras de dependência, ou seja, o léxico não governa a gramática, esta não governa a semântica ou o discurso, o discurso... bem, você mesmo poderá completar as combinações possíveis.

Vejam os postulados que configuram a teoria.

1.2.2. POSTULADOS DA TEORIA MULTISSISTÊMICA FUNCIONALISTA-COGNITIVISTA

A teoria multissistêmica funcionalista-cognitivista é definível pelos seguintes postulados: (1) a língua se fundamenta num aparato cognitivo; (2) a língua é uma competência comunicativa; (3) as estruturas linguísticas não são objetos autônomos; (4) as estruturas linguísticas são multissistêmicas, ultrapassando os limites da gramática; (5) a explicação linguística deve ser buscada numa percepção pancrônica da língua.

1.2.2.1. Postulado 1: a língua se fundamenta num aparato cognitivo

As línguas naturais representam em suas estruturas as categorias cognitivas de PESSOA, COISA, ESPAÇO, TEMPO, MOVIMENTO, VISÃO, QUALIDADE, QUANTIDADE, entre outras. A representação linguística dessas categorias muda de língua para língua, ou no interior de uma mesma língua, ao longo de seu percurso histórico. Mas as categorias cognitivas permanecem, pois integram os atributos da raça humana.

A Linguística Cognitivista tem desenvolvido pesquisas sobre o aparato cognitivo, integrando-se no domínio mais amplo das ciências cognitivas, de que vem abordando vários tópicos (Ungerer / Schmid, 1996). Ela tem sido às vezes definida pelo que não é, pois essa direção de estudos não aceita (i) “a existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação linguística [...] distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas linguísticas”; (ii) a arbitrariedade do signo; (iii) a afirmação de que as categorias linguísticas são discretas e homogêneas; (iv) “a ideia de que a linguagem é gerada por regras lógicas e por traços semânticos ‘objetivos’”; (v) a autonomia e não-motivação semântica e conceptual da sintaxe (Augusto Soares da Silva, 1997: 61).

Cognição é um termo bastante geral, que abriga sentidos tais como PERCEPÇÃO especialmente VISÃO, PENSAMENTO, MEMÓRIA e RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS. Por consequência, as ciências cognitivas deixam de

lado a descrição formal de um mundo estático para privilegiar a descrição funcional de um mundo em movimento. Sobre o entendimento de “formal”, veja a seção 1.2.1.

Os fundamentos cognitivos das línguas naturais têm sido pesquisados por várias teorias, que não serão resenhadas aqui:

- (1) Teoria dos protótipos: Lakoff (1975, 1982).
- (2) Teoria da metáfora: Lakoff / Johnson (1980/2002).
- (3) Teoria dos espaços mentais: Fauconnier (1984/1985), Sweetser / Fauconnier (eds. 1996), Fauconnier / Turner (2002).
- (4) Semântica Cognitiva: Talmy (1988, 1996, 2000), Johnson (1987), Pütz / Dirven (eds. 1996).
- (5) Gramática Cognitiva: Gramática das Construções de Goldberg (1995); Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 1990, 1991, 1999, 2008).

Uma Gramática trata de classes, de categorias. A teoria dos protótipos tem um papel importante na conceituação das categorias. Limito-me a apresentar apenas essa manifestação da Linguística Cognitiva.

Esforços de identificação das categorias gramaticais ocorreram desde os primeiros momentos da reflexão gramatical no Ocidente. Precisaremos, para elaborar este tema, retomar as diferenças entre ciência clássica e ciência dos sistemas complexos, já mencionada anteriormente.

Lakoff (1982) e Givón (1986) dissertaram sobre as duas fontes da categorização linguística: a categorização clássica, elaborada por Aristóteles e retomada pela Semântica de Frege e pela Gramática Gerativa, e a categorização natural, elaborada por Wittgenstein (1953/1979) e retomada a partir da década de 1980 pela Psicologia, pela Antropologia e pela Linguística Cognitiva.

Segundo a teoria clássica, as categorias espelham a realidade física, e por isso as categorias gramaticais são discretas e dotadas de propriedades inerentes. A percepção clássica das categorias se fundamenta nas seguintes propriedades: (i) seus atributos criteriosais permitem uma predizibilidade absoluta sobre as entidades que integram determinada categoria; (ii) uma entidade pode ser julgada não problemáticamente como tendo ou não esses atributos; (iii) as categorias clássicas são limitadas, pois não tomam em conta os processos; (iv) todos os seus membros têm estatuto semelhante.

A categorização clássica apresenta alguns problemas, pois nem todos os membros assim identificados exibem atributos criteriosais idênticos. Na verdade, tem sido difícil propor um conjunto operacionalizável de critérios e até mesmo descrever esses critérios. Para uma elaboração maior, remeto o leitor às leituras indicadas a seguir.

Segundo a teoria dos protótipos*, as categorias devem ser vistas como uma representação da realidade, não como sua reprodução. Com isso, não há limites claros entre as categorias, estabelecendo-se entre elas um *continuum* de limites imprecisos (em inglês, *fuzzy edges*). Algumas entidades compartilham muitos traços comuns, constituindo-se nos protótipos de sua categoria. Outras compartilham apenas alguns traços, integrando-se como elementos marginais na classe considerada. Nestes casos, a descrição terá de lançar mão das “categorias quase”, de que foram examinadas nesta gramática (i) os quase verbos, em 10.2.1.3.2; (ii) os quase prefixos, em 14.2.2.4; (iii) os quase clíticos, em 13.2.2.2.3; (iv) os quase argumentos, em 7.4 e 13.2.1.1.1, (v) os quase asseverativos, em 8.4, 12.2.2.1.1 e 13.2.2.1.1. No interior da teoria clássica, tais entidades constituiriam outras tantas classes. Na teoria dos sistemas complexos, essas entidades possuem diferentes graus de integração em sua categoria, o que permite que muitas relações possam ser reconhecidas entre membros de categorias diferentes, num raciocínio transcategorial. Não é possível prever a pertença das entidades a determinada categoria, e a integração de uma entidade em uma categoria é muitas vezes uma questão de grau.

A teoria dos sistemas complexos postula um “*continuum* categorial”, expressão utilizada por Givón (1984: 15), considerando-se este um procedimento analítico mais sensível às complexidades das línguas naturais. É a similitude, e não a identidade, que deve ser buscada no processo de postulação de categorias.

Seus traços definidores não devem ser estabelecidos a partir de propriedades necessárias e suficientes, ou a partir de seu valor de verdade, e sim a partir de certas semelhanças que os falantes percebem intuitivamente. Os homens não levariam em conta as propriedades “físicas” dos seres no momento de sua categorização, e sim as propriedades que decorrem da imagem que eles têm desses seres, ou, nos termos de Lakoff (1982: 141), propriedades perceptuais tais como “as formas percebidas, as imagens, as intenções”.

Ora, as propriedades perceptuais não têm o mesmo *status*, e o homem supervaloriza umas em detrimento de outras. Estudos sobre as designações das cores e a classificação dos animais em diferentes culturas deram fundamento à postulação dos “conceitos básicos”, com um poder explanatório maior que os “conceitos primitivos” da teoria clássica.

Lakoff (1975: 234) propôs o termo *hedges* (literalmente, “cercas”) para designar determinadas palavras e expressões “cuja função é apresentar as coisas de um modo mais delimitado ou menos delimitado [= *fuzzy*]”. Ele lista entre estas as palavras *kind of*, *sort of*, *more or less*, *relatively*, entre outras. A topologia da vagueza vem sendo formulada pela Semântica Cognitiva: Talmy (2000 I: 31 e ss.).

Givón (1986) propôs uma solução híbrida entre as duas teorias. Em sua argumentação, ele confronta o ponto de vista platônico com as observações de Wittgenstein (1953/1979). Segundo o ponto de vista platônico, as “categorias da compreensão” são discretas, absolutas e pristinas. Segundo o ponto de vista de Wittgenstein, as categorias não são discretas e absolutas, mas, no lugar disso, como já se destacou anteriormente, são incertas e mal delimitadas, sendo que muitas relações podem ser reconhecidas entre os membros.

Explorações da língua portuguesa à luz dessa teoria revelaram que há, por exemplo, advérbios “mais adverbais”, como os predicativos, e advérbios “menos adverbais”, como os não predicativos (Ilari et al., 1991). Os advérbios delimitadores *mais ou menos*, *praticamente*, *quase*, *tipo*, *uma espécie de*, estudados por Moraes de Castilho (1991) e Lima-Hernandes (2005a), funcionam como comprometedores da prototipicidade de sua classe-escopo. Também os pronomes foram assim estudados: Lavandera (1984b: 109), Castilho (1993b), Neves (1993a), Ilari/Franchi/ Neves (1996). Veja 13.2.2.1 e 13.2.2.1.3.

1.2.2.2. Postulado 2: a língua é uma competência comunicativa

Entende-se por competência comunicativa a habilidade de veicular conteúdos informativos, exteriorizar sentimentos pessoais e expressar instruções que devem ser seguidas. “Comunicação” nesta perspectiva pouco tem a ver com a teoria da comunicação da década de 1960, guardando uma relação forte com a etimologia mesma do termo e de seu tratamento fonológico no português: *comunicare* > *comungar*. Especificando: (1) a língua opera constantemente sobre categorias cognitivas e semânticas, criando os significados; (2) língua é processamento da informação, referenciando-se à situação de fala e ao próprio texto que está sendo criado; (3) a língua se manifesta na interação social através da conversação, considerada como a articulação discursiva mais fundamental.

O entendimento da língua como comunicação ascende a Saussure (1917/1972: 79-84), mas evidentemente esta não foi sua preocupação maior. Ele mencionou o circuito da comunicação humana porque estava interessado em localizar a Linguística nos quadros de uma disciplina mais ampla, a Semiologia. De todo modo, lê-se nessas páginas que a comunicação humana se dá por meio do seguinte circuito:

- (i) na mente de A formula-se um conceito a que se associa uma imagem acústica; (ii) o cérebro de A transmite aos órgãos fonadores um impulso correspondente à imagem acústica; (iii) as ondas sonoras vão da boca de A ao ouvido de B; (iv) em B, a excitação captada pelos ouvidos corre ao cérebro; (v) no cérebro de B associa-se psiquicamente a imagem acústica ao conceito correspondente, no processo de decodificação.

Coerente com seu entendimento da língua como um objeto autônomo, Saussure indica que a comunicação linguística encontra-se no momento (vi), pois os demais momentos ou se prendem ao campo do individual, ou são atividades, para ele, meramente físicas e fisiológicas. Em suma, só há comunicação quando se dá a associação intelectual da imagem acústica (significante) ao conceito (significado).

Martinet (1974: 14), cujo modelo funcionalista corresponde na verdade a uma das perspectivas do estruturalismo, afirma que o que “deve constantemente guiar o linguista é a ‘competência comunicativa’, já que toda língua se impõe [...] tanto em seu funcionamento como em sua evolução, como um instrumento de comunicação da experiência”.

O entendimento funcionalista da língua como uma competência comunicativa aparece na teoria da articulação tema-remática da sentença. Essa teoria foi desenvolvida pelos linguistas da Escola de Praga, como Vilém Mathesius e outros: Firbaš (1964), Daneš (1974, 1995), Halliday (1985a). Segundo eles, a sentença contém duas partes, uma altamente informativa, que é o rema (codificado habitualmente como o predicado, isto é, o verbo e seus argumentos), e outra com baixa informatividade, que é o tema (codificado habitualmente como sujeito).

De acordo com essa teoria, “todo ato de comunicação bem sucedido consiste em duas realizações: (i) destacar um objeto de predicação, (ii) predicar sobre esse objeto.” Estou seguindo aqui Ilari (1986a/1992/2004: 36), que aplicou essa teoria à língua portuguesa. Dito de outra maneira,

toda oração serve para realizar duas ações básicas e irreduzíveis, que descrevemos na linguagem de todos os dias mediante os predicados “falar de” e “dizer que”: o primeiro desses predicados capta o papel de tópico (= tema), e o segundo o papel de foco (= rema). Toda sentença envolveria, em suma, dois “atos de fala”, cada um dos quais obedece a condições específicas (Ilari, 1986b: 42).

Mais além, Ilari esclarece o que está entendendo por “atos de fala”:

conquanto, nessa análise de atos de fala, as duas expressões “falar a respeito de” e “dizer que” devam ser consideradas como primitivas (no sentido de que não se deixam definir por outras expressões mais básicas), cabe perguntar que tipo de ação verbal representam: trata-se num caso de uma “ação de referência”, e no outro, de uma “ação de asserção ou informação” (Ilari, 1986b: 178).

Essa teoria foi introduzida entre os linguistas ingleses e americanos por Halliday (1966-1968), e em seguida grandemente desenvolvida por Chafe (1970/1979, 1984b), Prince (1981), Givón (1979b) e outros, suscitando diversas aproximações entre a sintaxe e o discurso.

Essa teoria pode ser generalizada para além dos limites da sentença, como demonstro em Castilho (1987), a propósito das unidades discursivas. Num artigo-balanço, Daneš (1974, 1995) afirma que a teoria tomou três direções distintas: (i) articulação comunicativa dos enunciados, que é o ponto de vista original; (ii) bipartição informacional: informação dada/sabida/velha vinculada ao contexto, *versus* informação nova/não sabida, não vinculada ao contexto; e (iii) dinamismo comunicativo. Apesar das inter-relações entre (i) e (ii), Daneš reafirma o ponto de vista original de Mathesius, segundo o qual “qualquer enunciado (= cláusula) tem sua estrutura tema-remática, sem correspondência com a possível bipartição informacional” (Daneš, ed. 1974: 263).

As sentenças, portanto, representam diferentemente a informação, concentrando em seu início a “baixa informatividade”, dada pelo tema, e em seu final a “alta informatividade”, dada pelo rema.

É preciso ter em mente que os linguistas de Praga tomavam a entonação como o ponto de partida na constituição da gramática. Assim, a ênfase, o contraste, a tessitura são trazidas para dentro da análise gramatical, entendendo-se o tema e o rema como categorias prosodicamente dependentes.

A percepção informacional da sentença teve em Halliday um pesquisador importante. Ele postula que a gramática é o mecanismo linguístico que liga umas às outras as seleções significativas que derivam das várias funções da linguagem, e as realiza numa forma estrutural unificada (Halliday, 1966-1968, 1970, 1985a). O seguinte quadro, reproduzido em Neves (1996a), dá conta dessa postulação:

Quadro 1.10 – Funções e sistemas linguísticos segundo Halliday (apud Neves, 1996a)

FUNÇÃO	SISTEMA
Ideacional	Transitividade (especificação dos papéis “ator”, “meta” etc.)
Interpessoal	Modo (sujeito/predicador/complemento/finitude)
Textual	Tema e informação

Na avaliação de Neves (1996a), dois pontos são básicos na reflexão de Halliday: (1) a unidade maior de funcionamento da língua é o texto, em cujo interior se dá a criação dos significados; (2) os itens são multifuncionais, e atuam no nível do sintagma, da sentença e do texto. Assim, os substantivos desempenham a função ideacional quando representam a realidade, a função interpessoal, como uma não-pessoa do discurso, e a função textual como organizadores da informação. Na sua *Introdução à gramática funcional*, Halliday examina a sentença como mensagem (= função textual), representação (= função ideacional) e interação (= função interpessoal). O ponto central, portanto, está na investigação dos significados, e com isso as formas linguísticas são um meio, e não um fim em si mesmas.

Nesta mesma dimensão, Chafe (1984a) pesquisou o fluxo da informação na linguagem, influenciando toda uma geração de linguistas.

1.2.2.3. Postulado 3: as estruturas linguísticas não são objetos autônomos

Este postulado choca-se diretamente com as perspectivas formalistas, que contextualizam as línguas naturais nelas mesmas, conforme vimos em 1.1.

As estruturas linguísticas não são objetos autônomos, podendo ser descritas e interpretadas a partir das seguintes propriedades: (1) as estruturas são flexíveis e permeáveis às pressões do uso, combinando-se a estabilidade dos padrões morfossintáticos cristalizados com as estruturas emergentes; (2) as estruturas não são totalmente arbitrárias; (3) as estruturas são dinâmicas e sujeitas a reelaborações constantes, através do processo da gramaticalização.

A correlação assimétrica entre funções e estruturas explica a heterogeneidade natural das línguas, fenômeno que tem sido considerado nos programas de pesquisa denominados “gramáticas em convivência”, “motivações em competição”, entre outros. Como decorrência disso, certos estudos funcionalistas privilegiam o estudo empírico de uma dada língua, indo dos usos para as estruturas, na pressuposição de que a forma da língua é determinada por seu uso. Muitas das estruturas, tradicionalmente vistas como arbitrárias, tiveram resgatada sua motivação discursiva. Isso não quer dizer que não se reconheça que estruturas muito cristalizadas de fato “se descolaram” de sua motivação discursiva, no estágio máximo de sua gramaticalização, que precede seu desaparecimento.

Várias teorias exploram a não autonomia das estruturas:

- (1) Teoria da variação e mudança de Labov (1972a), seguida de perto pela teoria das gramáticas em competição de DuBois (1985);
- (2) Interface sintaxe/discurso;
- (3) Sintaxe Interacional de Ono / Thompson (1994a, 1994b);

- (4) Teoria da iconicidade, de Haiman (1980, ed. 1985);
- (5) Teoria da gramaticalização: Lehman (1982a, 1982b), Traugott / Heine (eds. 1991), Heine / Hünemeyer / Claudi (eds. 1991), Hopper / Traugott (1993/2003), Bybee / Perkins / Pagliuca (eds. 1994), Castilho (1997a, 1997b, 1997c), Gonçalves / Lima-Hernandes / Galvão (orgs. 2007).

Apresentarei brevemente algumas das teorias mencionadas anteriormente.

(1) A teoria da variação e mudança, desenvolvida por William Labov, sistematizou a percepção da língua como um fenômeno intrinsecamente heterogêneo, e portanto não autônomo.

Segundo essa teoria, locutor e interlocutor atuam nos seguintes espaços, concretamente configurados, os quais deixam marcas formais em sua produção:

- (i) Espaço geográfico: há uma correlação entre a região de que procedem os falantes e marcas específicas de sua produção linguística. Uma língua natural conterà, portanto, os dialetos e falares, estudados pela Dialetoologia e pela Sociolinguística.
- (ii) Espaço social: outra correlação se estabelece entre fatos linguísticos e o espaço coletivo em que se movem os falantes (o que acarreta as variedades *fala culta x fala não culta*), o espaço intraindividual (donde as variedades de *registro*, devidas aos diferentes graus de formalismo que envolvem os locutores: *língua coloquial x língua refletida*) e o espaço individual, de que resultam os *socioletos* (linguagem dos jovens e dos velhos, linguagem dos homens e das mulheres).
- (iii) Espaço temático: a forma de elaborar os tópicos conversacionais ou textuais matiza igualmente os materiais linguísticos selecionados, dando origem à *linguagem técnica*, por contraste com a *linguagem corrente*, ao *discurso pessoal ou definido*, por contraste com o *discurso impessoal ou indefinido* etc.

(2) Outra estratégia de ataque à percepção da língua como um objeto autônomo aparece nas pesquisas sobre a interface sintaxe/discurso. Atuaram na busca das regularidades linguísticas no discurso Givón (1979b, ed. 1983), DuBois (1980), entre outros.

Sabe-se que a Gramática Funcional é o estudo da sintaxe *no* discurso, embora ela não se constitua propriamente numa teorização sobre o discurso. Vários achados da Análise da Conversação, da Análise do Discurso e da Linguística do Texto têm sido apropriados pelo modelo. Em Castilho (1989d, 1998a/2004, 1998c, 1998e, 2004d), mostrei que a reflexão linguística pode ter início nos estudos da conversação, caminhando daqui para o texto, até atingir a sentença.

Pesquisadores do Projeto de Gramática do Português Falado desenvolveram enormemente a temática da interação sintaxe/texto, evidenciando a importância de pesquisar as unidades discursivas, o quadro tópico e outras propriedades textuais, constituindo-se uma área de estudos denominada em outros ambientes “sintaxe macroestrutural” (Jubran/Koch, orgs. 2006). Sobre esta matéria, veja 2.3.5.

Um texto é constituído por um conjunto de unidades discursivas: os parágrafos na língua escrita, e as “unidades de ideia”, “unidades informativas”, ou simplesmente “unidades discursivas” na língua falada. Chafe (1987a, 1987b) propôs que se distingam “elementos de informação” e “unidades de informação”. Em outras pesquisas, ele prefere identificar essas unidades na língua falada através de propriedades prosódicas, cunhando então o termo “unidades entonacionais”.

(3) O programa da Sintaxe Interacional focalizou a atenção na motivação conversacional das estruturas gramaticais: Ono / Thompson (1994a, 1994b), Ford / Thompson (1996), Ochs / Schegloff / Thompson (eds. 1996).

Diversos linguistas em diversas ocasiões especularam sobre o estabelecimento de um programa em que se passasse da análise da conversação para a análise gramatical. No domínio do PB, Dias de

Moraes (1987) descreveu os nexos coordenativos a partir dessa perspectiva. Castilho (1988) e Marcuschi (1989) propuseram outras tantas questões a esse respeito. No domínio do inglês americano, Sandra Thompson deslanchou um vasto projeto de indagações, expressas no título de seu artigo “O que a conversação nos informa sobre a sintaxe?” (Ono / Thompson, 1994a).

Ono / Thompson começam por sublinhar o papel seminal do artigo de Sacks / Schegloff / Jefferson (1974/2003), em que esses autores apontam para a necessidade de uma “Sintaxe Conversacional”.

O item 3 deste último trabalho descreve o sistema de tomada de turnos em termos de dois componentes e de um conjunto de regras conversacionais. O primeiro componente é o da construção dos turnos, e o segundo, o da alocação dos turnos. Vou deter-me no primeiro componente.

O componente de construção dos turnos apresenta propriedades fortemente baseadas na sintaxe. Afirma-se ali que “há várias unidades-tipo com as quais o falante pode construir um turno” (Sacks / Schegloff / Jefferson, 1974/2003: 702). Essas unidades-tipo compreendem construções sentenciais, sintagmáticas e léxicas. A afirmação mais forte aqui é que “exemplos das unidades-tipo projetam a próxima unidade-tipo”, o que permitiria postular uma sorte de “princípio de projeção interacional”, que propus em Castilho (1998a/2004, 1998b, 1998c, 1998e, 2004d). A projetabilidade implica em que há por parte dos falantes uma percepção do completamento do movimento verbal, com respeito ao qual os turnos se sucedem. O falante prevê o momento em que o interlocutor vai encerrar sua fala e se prepara para entrar na conversação. Ora, tem-se reconhecido que a projetabilidade é uma propriedade sintática fundamental. Talvez se possa identificar uma interessante correspondência entre a habilidade que os interlocutores envolvidos numa conversação têm de prever seu momento de entrada na cadeia da fala, de um lado, e o fato de que certas estruturas sintáticas estão correlacionadas a isso, de outro. Dito de outra maneira, pela primeira vez se podem constatar fortes correspondências entre processos pragmáticos como o da tomada de turnos, emparelhamento de construções e estruturas sintáticas. Em suas próprias palavras,

parece produtivo admitir que, entendida a conversação como um lugar de uso da língua, se não for O lugar de uso da língua, aspectos da estrutura da língua foram concebidos para o uso conversacional e, *pari passu*, para as contingências das trocas de turno (Sacks / Schegloff / Jefferson, 1974/2003: 722).

E mais além:

É de se esperar, portanto, que alguns aspectos da sintaxe da sentença serão mais bem entendidos por referência às tarefas que têm de ser desempenhadas num turno-situado- -numa-série, sendo os turnos o lugar fundamental para a ocorrência das sentenças (Sacks / Schegloff / Jefferson, 1974/2003: 722-723).

No programa da Sintaxe Interacional, o componente de construção do turno se tornaria mais conhecido como unidades de construção do turno (em inglês, *turn constructional unit*, UCTs). Ono / Thompson (1994a, 1994b) afirmam que a Gramática está inserida na situação conversacional. Ora, a interação linguística é basicamente uma passagem de turnos, e os gramáticos não se deram conta disso em suas reflexões sobre a língua. Seus conceitos fundamentais são os seguintes: (i) a unidade entonacional “interage de perto com a realização da sintaxe nos dados conversacionais” (Ono / Thompson 1994a, 1994b: 5); (ii) para dar conta de vários fenômenos conversacionais relacionados com a sintaxe, é necessário postular os *esquemas construcionais* como uma entidade abstrata.

Aparentemente sem conhecer o programa de Thompson, Franck (1981, versão portuguesa em 1986, versão em inglês 1988) tinha desenvolvido indagações semelhantes. Em sua intervenção no Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem (Universidade Estadual de Campinas, 1981),

Franck pergunta “que tipo de objetos devem ser considerados sentenças, para que nossa definição seja compatível com os pressupostos básicos da Análise Conversacional?” (Franck, 1981/1986/1988: 9). Partindo das estruturas *duplamente articuladas* (em inglês, *double bind*), ela conclui que em vez de analisar as sentenças como produtos terminados da atividade da fala, de uma perspectiva *post-factum*, parece mais cabível, à luz de nossas observações, tratá-las como processos que se desenrolam no tempo (Franck, 1981/1986/1988, versão de 1986: 14).

Vistas as coisas desse ângulo, ela agrega muito afirmativamente:

Acho que uma breve inspeção de dados conversacionais confirma que as sentenças ou componentes sentenciais (incluindo formulações elípticas, em alguns contextos) são efetivamente operativas, não somente para a análise linguística, mas para os próprios participantes (Franck, 1981/1986/1988, versão de 1986: 14-15).

Ela dá os seguintes exemplos de construções *duplamente articuladas*:

- 6) *isso aconteceu / assim no ano 1907 / eu nasci*
- 7) *mas ele existe / assim o animal-ambulância / vem pegá-lo*
- 8) *primeiro você escuta eles o tempo todo fazendo bagunça no corredor / esses gatinhos / eles estão brincando.*
- 9) *eu falei / primeiro / falei eu que...*

Denominando o primeiro segmento de A, o segundo de B e o terceiro de C, ela argumenta que nessas estruturas o segmento B articula-se ao mesmo tempo com A e com C, diferindo nisso que (i) de (6) a (9) temos um tipo “cabeça de Janus”, pois A e C são elementos diferentes, ao passo que (ii) em (9) temos uma “construção especular”, pois A e C são idênticos, alternando-se apenas a ordem dos constituintes. Com esse raciocínio, a linearidade das línguas naturais ficou fortemente comprometida.

Lerner (1991: 441), num trabalho sobre as “sentenças em andamento”, parece ter sido um dos primeiros a elaborar com mais detalhe o que são as UCTS, operando mais particularmente sobre as UCTS compostas, que ele define como dois turnos emparelhados, em que o segundo completa sintaticamente o primeiro:

10) M – *Muitas máquinas agora não fazem gravações tão lentamente... então... quando eu vou gravar uma fita eu quero...*

11) J – *poder ajustar a máquina para uma gravação rápida.*

Os materiais do Projeto Nurc, conquanto não rigorosamente conversacionais, trazem dessas UCTS, a que chamei “estruturas encaixadas” em Castilho (1983b: 48-49):

12) L1 – *por exemplo Campos do Jordão... eu não acampeei no inverno... mas eu acho que lá...*

a) L2 – *é gosto/*

b) L1 – *no inverno deve ser mais gostoso.* (D2 SP 167)

13) L1 – *mas tava uma louca pra pegá uma estrada... né...*

a) L2 – *e logo a Dutra...*

b) L1 – *logo a Dutra... eu tinha pouco tempo de carta... mas...* (D2 SP 167)

1.2.2.4. Postulado 4: as estruturas linguísticas são multissistêmicas

A percepção multissistêmica da língua representa uma reação contra um conjunto de afirmações que se podem encontrar na literatura sobre gramaticalização (veja 2.4).

Contraponho àquelas afirmações a postulação da língua como um sistema dinâmico e complexo, configurado no quadro das *ciências dos domínios complexos*.

Essa nova epistemologia – nova na Linguística moderna – poderá ser definida através de premissas que tomem em conta a língua como um conjunto de processos e como um conjunto de produtos:

- (1) *Do ângulo dos processos, as línguas serão definíveis como um conjunto de atividades mentais, pré-verbais, organizáveis num multissistema operacional.*

Os processos que organizam as línguas entendidas em seu dinamismo operam (i) simultaneamente, não sequencialmente; (ii) dinamicamente (não são entidades estáticas); (iii) multilinearmente (não são entidades unilineares).

A língua-enquanto-processo pode ser razoavelmente articulada em quatro domínios: (1) lexicalização, (2) discursivização, (3) semanticização e (4) gramaticalização.

Ainda que timidamente, os estudos sobre a gramaticalização levantaram o véu da língua-enquanto-processo. Só falta enquadrá-la entre os outros processos de criação linguística, descartando sua atual abordagem epifenomênica.

- (2) *Do ângulo dos produtos, as línguas serão apresentadas como um conjunto de categorias igualmente organizadas num multissistema.*

A língua-enquanto-produto é um conjunto de categorias agrupadas em quatro sistemas: (1) léxico, (2) discurso, (3) semântica e (4) gramática.

Esses sistemas serão considerados autônomos uns em relação aos outros, ou seja, não se admitirá que um sistema deriva de outro, nem se proporá uma hierarquia entre eles, rejeitando-se que haja relações de determinação entre eles. Não se postulará a existência de sistemas centrais e de sistemas periféricos, e com isso reformulo Castilho (2003a/2007), em que tinha proposto o léxico como o módulo central das línguas naturais, violando assim o princípio da indeterminação intersistêmica. Qualquer expressão linguística exhibe ao mesmo tempo características lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais.

Seja como conjunto de processos, seja como conjunto de produtos ordenados em sistemas, a língua continuará a depender de uma articulação que assegure a eficácia de seu uso. Essa articulação se dá pelo compartilhamento de propriedades comuns, caracterizadas em 1.2.3.

1.2.2.5. Postulado 5: a língua é pancrônica – a explicação linguística

Percorrêmos neste capítulo os postulados da descrição estruturalista e funcionalista, deixando de caracterizar até aqui a abordagem diacrônica do PB. Ora, como dizem os historiadores, pensar o presente é pensar o passado no presente.

Extensas descrições da língua falada – e, num grau menos acentuado, da língua escrita – toparam frequentemente com estruturas do passado convivendo com estruturas do presente, numa pancronia*. A antinomia saussuriana sincronia*/diacronia*, claramente postulada para ordenar o campo das investigações, foi substituída pelo conceito de pancronia, ou de convivência de gramáticas, posição defendida entre outros por DuBois (1985).

O conceito de pancronia aparece, entre outras situações, quando, ao refletir sobre uma nova Linguística Histórica, autores como Maia (2002: 233) apontam para a conveniência de se deixar num segundo plano a pergunta “quando?”, em favor das explicações sobre o “como?” e o “por quê?”, considerando-se ademais a mudança

como um *processo* em todas as suas vertentes, desde o próprio processo de inovação linguística [...], passando pelo processo social da difusão na comunidade, até a completa mutação linguística e, simultaneamente, pelo processo de integração da inovação na estrutura da língua.

Ora, a pancronia está ligada diretamente aos usos que fazemos das línguas – e os usos são o “santo dos santos” do funcionalismo. E como os usos se entroncam em práticas sociais, antropológicas,

eles arrastam o passado para o presente. A explicação linguística, portanto, deve levar em conta os usos, os usos socialmente configurados. É isso mesmo o que fazem diversos linguistas.

Para Heine (1997: 3) e Heine / Claudi / Hünemeyer (1991: cap. IX), por exemplo, as “motivações para o uso e o desenvolvimento da língua são externas à estrutura linguística, as explicações externas da língua têm maior poder do que as explicações internas”.

Ao contextualizar os fatos gramaticais na situação de fala que os gerou, a Gramática Funcional toma como ponto de partida os significados das expressões linguísticas, para em seguida indagar como eles se codificam gramaticalmente. Recorrendo de novo ao entendimento da língua como um conjunto de sistemas, pode-se reconhecer que a Gramática Funcional toma os sistemas semântico e discursivo como *inputs*, de que o sistema sintático é um *output*. Por outras palavras, ela postula que a língua exista não porque disponha de uma estrutura, mas sim que sua estrutura existe em vista da necessidade de cumprir certas funções. Concordo com isso, menos quando a Gramática Funcional lineariza os sistemas, estabelecendo precedências entre eles, coincidindo assim com a posição formalista de que deseja se afastar. Nesse particular, a presente gramática se afasta das gramáticas funcionalistas.

A posição funcionalista sobre a explicação linguística confronta-se com a da Gramática Gerativa, que busca a explicação na Sintaxe, nas motivações internas, considerado “o lugar errado” para Naro / Votre (1992/1996: 57). Motivações discursivas tais como a oposição figura/fundo, a cadeia tópica e o fluxo da informação explicam a ordem dos constituintes sentenciais e a seleção de determinadas estruturas. Heine (1997) insiste igualmente em que as explicações linguísticas fundamentadas na observação das regularidades fonológicas e sintáticas iluminam características apenas periféricas da língua, deixando de lado as características centrais do uso e da estrutura linguística.

Este último parágrafo, aliado a um exame desapassionado do confronto formalismo/funcionalismo, mostra, na verdade, a complementaridade dessas postulações. O funcionalismo interessa-se pelos processos de criação das estruturas e suas motivações discursivas – a chamada gramática emergente de Hopper (1988). O formalismo dirige seu olhar para as estruturas já emersas.

Dando um balanço nos postulados aqui enunciados, vê-se neles a importância da descrição da língua falada e o quanto a descrição dessa variedade impactou as teorias sobre a linguagem e sobre a gramática: Castilho (1994a, 1995a, 1998b, 1998c). A estranha pancronia que encontramos na língua falada apontou para novos caminhos de análise e interpretação. O funcionalismo brasileiro encarou de frente esses desafios. Esta gramática deve muito a essas reflexões.

1.2.2.6. Postulado 6: um dispositivo sociocognitivo ordena os sistemas linguísticos

A articulação dos processos e dos produtos linguísticos captados pelos sistemas do léxico, do discurso, da semântica e da gramática se dá ao abrigo do que venho chamando de “dispositivo sociocognitivo”, explicitável por meio dos princípios de ativação, desativação e reativação de propriedades. Esses princípios têm uma dimensão cognitiva e uma dimensão social.

Eles são *cognitivos* porque se fundamentam em categorias e subcategorias cognitivas. Exemplifico algumas delas, lembrando que essas categorias não são exclusivas nem negativas, visto que uma não se opõe a outra. As categorias cognitivas são, ao contrário, problemáticas e integrativas.

Enumero rapidamente algumas delas:

- A PESSOA estão ligadas as subcategorias (i) dêiticas, ou mostrativas; e (ii) fóricas. Veja 11.3.
- A ESPAÇO estão ligadas as subcategorias de (i) espaço referencial/espaço mental; (ii) posição no espaço (= verticalidade/horizontalidade/transversalidade); (iii) distância/proximidade

no espaço (= distal/proximal); e (iv) disposição espacial num recipiente real ou fictício (= continente/conteúdo). Veja 14.2.2.2.

- A TEMPO estão ligadas as subcategorias de (i) posição no tempo (= passado/presente/futuro); (ii) distância/proximidade no tempo (= remoto/próximo) etc. Veja 10.2.2.2.
- A OBJETO estão ligadas as subcategorias de (i) contável (= descontínuo/limitado)/não contável (= massa/ilimitado); (ii) definido/indefinido etc. Veja 11.2.2.
- A VISÃO estão ligadas as subcategorias de (i) aspecto perfectivo/imperfectivo; (ii) fundo/figura, (iii) perspectiva estática/perspectiva dinâmica etc. Veja 10.2.2.2.1.
- A MOVIMENTO estão ligadas as subcategorias de (i) movimento factual/movimento fictício (Talmy, 2000 I: 99 e ss.); (ii) movimento de traços fonéticos e semânticos; (iii) movimento de constituintes no interior da palavra, do sintagma, da sentença etc. Veja 15.1.4.
- A EVENTO estão ligadas as subcategorias de (i) telicidade/atelicidade; (ii) semelfactividade/iteratividade; (iii) causatividade/resultatividade; (iv) evento-moldura/evento-cenário etc. Veja 10.2.2.

Você encontrará ao longo desta gramática as formas de representação dessas categorias cognitivas no PB. É só uma questão de ir escavando... Algumas dicas aparecem em 15.1. Note também que a dêixis é um dispositivo básico, ao qual é possível relacionar as categorias cognitivas em seu conjunto. Com isso, estou dizendo que a dêixis, que será examinada em 2.2.2.1, se distingue das demais categorias semânticas por sua força na organização da língua, enquanto ordenadora dos processos e produtos dos sistemas linguísticos (veja Nascimento / Oliveira, 2004).

Mas esses princípios são também *sociais* porque baseados na análise continuada das situações que ocorrem numa conversa, mais particularmente, na gestão dos turnos conversacionais. A conversação é de fato a atividade linguística básica e pode proporcionar-nos alguns princípios de interesse para esta demonstração.

Os princípios sociocognitivos gerenciam os sistemas linguísticos, garantindo sua integração para os propósitos dos usos linguísticos, para a eficácia dos atos de fala. De acordo com esse dispositivo, o falante ativa, reativa e desativa propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais no momento da criação de seus enunciados, constituindo as expressões que pretende “pôr no ar”.

Como já disse, a postulação desses princípios decorre dos achados da Análise da Conversação, do Projeto de Gramática do Português Falado (PGPF) e do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB). Os dois primeiros projetos tomaram exclusivamente a língua falada como objeto empírico. A língua falada é mais reveladora dos processos de criatividade e mudança linguística que a língua escrita. A interpretação teórica desses achados motivou Nascimento (1993b/2005) e Kato (1996/2002) a desenvolverem reflexões fundadas nos mais de duzentos ensaios preparados, debatidos e publicados pelo PGPF. Na mesma direção, venho propondo os seguintes princípios (Castilho 1998a/2004, 1998b, 1998c, 1998e, 2007, 2009a):

1.2.2.6.1. PRINCÍPIO DA ATIVAÇÃO: A PROJEÇÃO PRAGMÁTICA

Quando conversamos, tentamos o tempo todo prever os movimentos verbais do interlocutor, isto é, se ele completou sua intervenção, se ela ainda está em curso, se devemos antecipar o momento de nossa entrada no curso da fala etc. Para dar conta desse mecanismo, que assegura a manutenção da conversação, relembro que Sacks / Schegloff / Jefferson (1974/2003: 702) postularam um “componente de construção de turnos” cujas unidades-tipo, isto é, as palavras, os sintagmas e as sentenças com os quais o falante contrói seu turno, “projetam a próxima unidade-tipo”, numa sorte de antecipação da atuação verbal do interlocutor.

Proponho que o princípio da ativação se fundamenta no princípio da projeção conversacional. Esse princípio é responsável pela ativação das propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais, descritas nesta gramática: (i) princípio de projeção, por meio do qual organizamos a estrutura argumental da sentença simples e da sentença complexa (veja 6.4, 8.3, 9.2.2.3.1, 10.2.1.1, 11.2.1.2, 12.2.1.4, 13.2.1.2 e 14.2.1.1); (ii) inserção de tópico novo (veja 11.2.3.1).

1.2.2.6.2. PRINCÍPIO DA REATIVAÇÃO: A CORREÇÃO

No curso de uma conversação temos frequentemente de mudar seu rumo, seja corrigindo nossas próprias intervenções (= autocorreção), seja corrigindo a intervenção do interlocutor (= heterocorreção). O sistema de correção conversacional busca eliminar os erros de planejamento.

Proponho que o princípio de reativação das propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais se fundamenta na estratégia de correção pragmática, o que explica os seguintes fenômenos: (i) a repetição e a paráfrase na reformulação do quadro tópico (veja 5.2.3); (ii) a repetição e a organização do sintagma (veja 2.1.4, 2.2.3, 2.3.5, 2.4.5); (iii) o papel dos substantivos na derivação referencial (veja 11.2.3.2); (iv) a recorrência da preposição na formação das preposições complexas (veja 14.1.2).

1.2.2.6.3. PRINCÍPIO DA DESATIVAÇÃO: A ELIPSE

Também se observam na conversação movimentos de abandono ou desativação de uma estratégia em curso, e conseqüente ativação de outra. Isso explica as *despreferências*, termo proposto por Marcuschi (1983/2009), uma estratégia que consiste em verbalizar o que não é esperado, violando-se o princípio de projeção pragmática. Isso ocorre quando respondemos a uma pergunta com outra pergunta, quando recusamos um convite etc. Nesses casos, segundo esse mesmo autor, cria-se na conversação um “vazio pragmático”.

Proponho que o princípio sociocognitivo de desativação, ou da elipse, se fundamenta na estratégia conversacional de despreferência. A elipse é utilizada na argumentação sintática (veja 6.5.4) e concorre fortemente para a caracterização das seguintes categorias: (i) fonema elíptico (veja 1.1.3.1); (ii) morfema-zero (veja 1.1.3.3, capítulo “Os sistemas linguísticos”); (iii) argumentos sentenciais vazios (veja 7.3.1.3 e 7.4.1.2); (iv) elipse do verbo (veja 10.2.1.6); (v) descontinuação do quadro tópico (veja 5.2.4).

A desativação é, portanto, o movimento que ocasiona o abandono de propriedades que estavam sendo ativadas. Gera-se um silêncio no planejamento verbal, a que se seguem simultaneamente as ativações e as reativações.

É importante enfatizar que esses princípios operam ao mesmo tempo, não sequencialmente, numa forma já prevista por Lakoff (1987). Assim, a desativação ocorre simultaneamente com a ativação, e esta com a reativação, o que compromete o princípio da unidirecionalidade, se estivermos considerando os mecanismos interssistêmicos de produção linguística.

Os princípios sociocognitivos agem por acumulação de impulsos, simultaneamente, e somente assim poderemos dar conta da extraordinária complexidade da linguagem. Nesse quadro, fica difícil concordar com as análises que mencionam o “desbotamento” do sentido, a “erosão” fonética, pois a língua desvela um processo contínuo de ganhos e perdas. Melhor seria enquadrar a mudança linguística no quadro do “pensamento não linear complexo”, debatido, por exemplo, em Carvalho / Mendonça (orgs. 2004).

É digno de nota constatar-se que os pesquisadores das redes neurais chegaram aparentemente a uma conclusão semelhante, assim descrita por Cilliers (2000: 67, grifo meu):

Uma rede neural consiste numa grande coleção de nós interconectados, ou “nêurons”. Cada nêuron recebe *inputs* de muitos outros. Cada conexão dispõe de certa força associada a ela, com o peso dessa conexão. *Esses pesos têm valores reais que tanto podem ser positivos (excitatórios), negativos (inibitórios) ou zero (implicando em que os dois nêurons respectivos não são conectados).*

Sendo fenômenos mentais, as línguas não haveriam de escapar ao funcionamento das redes neurais. Seu dispositivo central, apresentado sob a forma do princípio sociocognitivo nesta seção, exhibe comportamentos assemelhados quanto à excitação (= ativação) e à inibição (= desativação).

1.2.3. DIÁLOGO DA TEORIA MULTISSISTÊMICA COM OUTRAS TEORIAS

A teoria multissistêmica da língua dialoga com vários autores, cujas afirmações foram de grande importância em minhas formulações: W. Von Humboldt, já mencionado anteriormente, Charles Morris, Carlos Franchi, M. A. K. Halliday, R. Jackendoff, Milton do Nascimento. Deixo claro que as leituras que fiz de seus trabalhos não os compromete com minhas conclusões.

Morris (1938: 14) tinha postulado que a língua é um sistema semiótico que compreende três áreas: a Sintaxe, a Semântica e a Pragmática. A Sintaxe é a consideração dos signos e de sua combinação segundo regras de formação (que determinam as combinações possíveis tanto de membros de um conjunto quanto da oração) e regras de transformação (que determinam que orações podem ser obtidas de outras). A Semântica trata das relações dos signos com seus *designata* e, assim, com os objetos que eles denotam. A Pragmática trata das relações entre o signo e seus usuários, ou interpretadores. Esse termo técnico, por isso mesmo, foi cunhado a partir de “pragmatismo”. Segundo Morris, a Retórica pode ser vista como uma forma primitiva e limitada da Pragmática (Morris, 1938: 35).

Estas ideias reaparecem em Franchi (1976, 1991), que admite que a língua se compõe de três sistemas, o sistema semântico, o sistema sintático e o sistema discursivo, todos eles articulados pelo léxico. O sistema semântico, conceitual ou nocional é constituído pelos processos de representação linguística dos significados. Ele compreende dois subsistemas, o predicativo-descritivo e o dêitico-referencial. O sistema sintático trata da combinação dos signos no enunciado e das regras mentais que governam essas combinações. Ele compreende os subsistemas categorial, argumental, o de relações gramaticais, o de processos e transformações, o dos casos sintáticos etc. O sistema discursivo é formado pelo conjunto das negociações intersubjetivas que fazem da língua um contrato social. Ele compreende o jogo das imagens sociais, o fluxo da informação, a organização tópica dos textos etc. Franchi insiste em que não há relações de determinação entre esses sistemas, que são apenas intermediados pelo léxico. Essa importante observação mostra que nenhum desses sistemas comanda o outro; entendi por ela que não se deve postular uma hierarquia de precedência entre os sistemas linguísticos.

Halliday (1985a, 1985b) entrou nessa dança, ao desenvolver no seio de sua Gramática Funcional a teoria sistêmica da língua, que ele assim caracteriza:

- (1) A língua não é um sistema bem definido e não pode ser igualada ao conjunto de todas as sentenças gramaticais. A língua não pode ser interpretada por regras que definam tal conjunto. Ela é uma fonte sistemática da significação. As pessoas intercambiam sentidos através da língua, e por isso a língua não pode ser definida por sua constituência, que é vista pela teoria sistêmica como uma pequena parte do quadro geral, apesar de sua importância. Por isso mesmo, os colchetes são pouco usados nesta teoria, pois eles impedem a percepção de que um mesmo enunciado dispõe de diversos valores. Assim, em “João jogou a bola” temos *ao mesmo tempo* (i) a estrutura agente-processo-alvo; (ii) uma mensagem que envolve informação nova e informação dada; (iii) um tema e um rema.

- (2) A estrutura constituinte no nível do conteúdo é parte de uma lexicogramática integrada, ou seja, (i) cada traço estrutural tem sua origem na semântica; (ii) os diferentes tipos de estrutura tendem a expressar diferentes sentidos.
- (3) O coração da língua é o nível abstrato de codificação do que é a lexicogramática. O léxico é parte da gramática, tanto quanto a fonologia e a morfologia.
- (4) A língua é funcionalmente variável. Qualquer texto pertence a um ou outro registro.
- (5) A teoria sistêmica aceita o conceito saussuriano sobre como o sistema pode ser observado nos atos de fala, mas junta a fala com a língua como objetos da Linguística. Com isso, a língua pode ser descrita em termos de estratos, assim representados:

semântica
lexicogramática
fonologia

- (6) O significado resulta da relação entre o sistema e o entorno. A teoria sistêmica sempre foi explicitamente contextual.
- (7) A teoria sistêmica assume uma posição particularista, não generalista, com respeito às categorias linguísticas. Ela evita assumir a universalidade de categorias como casos, traços fonológicos etc. São as diferenças entre as línguas que devem ser entendidas e investigadas.

A teoria multissistêmica que fundamenta esta gramática tem muitos pontos de contacto com o pensamento de Halliday, sobretudo quando ele postula a simultaneidade de propriedades. Entretanto, dele me afasto ao (i) rejeitar o arranjo da língua em estratos; (ii) integrar o léxico na gramática; e (iii) localizar em outra parte “o coração da língua” mencionado no tópico (3) anteriormente.

Jackendoff (1990) assumiu a autonomia teórica da Sintaxe e da Semântica, admitindo apenas regras de correspondência entre esses sistemas – repisando, curiosamente, o que Franchi dissera 14 anos antes!

Nascimento (1993b/2005: 110), debatendo os achados do Projeto de Gramática do Português Falado, captou alguns pontos de convergência entre seus pesquisadores, claramente separados pelas abordagens formal e funcional desde o início de suas pesquisas, em 1988. Ele identificou os seguintes pontos de convergência:

- A) Uma concepção da linguagem como uma atividade, uma forma de ação, que não pode ser estudada sem considerar suas principais condições de produção.
- B) A pressuposição de que na produção e recepção de textos se manifesta a capacidade comunicativa do falante e do ouvinte, caracterizando-se pelas regularidades que evidenciam um sistema de execução linguístico constituído por vários subsistemas.
- C) A pressuposição de que os subsistemas constituintes do sistema de execução, isto é, o subsistema discursivo, semântico, morfossintático, fonológico, é caracterizável em termos de “regularidades” definíveis em função de sua natureza respectiva.
- D) A pressuposição de que um dos subsistemas é o subsistema computacional, definível em termos de regras e/ou princípios envolvidos na organização morfossintática e fonológica dos enunciados que se articulam na elaboração de qualquer texto.
- E) A pressuposição de que o texto é o lugar em que é possível identificar as pistas indicadoras das regularidades que caracterizam esse sistema de execução linguístico.

Em que pontos se dá o diálogo aqui reconhecido entre a teoria multissistêmica da língua e os autores brevemente resenhados anteriormente?

Em Morris e Franchi, encontrei uma apresentação bastante esclarecedora da língua em diversos sistemas, não como um objeto teórico monolítico. Na teoria sistêmica de Halliday, como já reconheci antes, o reconhecimento da simultaneidade de propriedades liberadas por uma mesma construção. Em Jackendoff, a autonomização da Sintaxe e da Semântica. Em Nascimento, os seguintes pontos:

(i) a língua é uma atividade, uma forma de ação – portanto, uma entidade dinâmica; (ii) a língua é um conjunto de sistemas; (iii) o texto é o lugar privilegiado para o entendimento dessas regularidades – constatação esta que tem um forte sabor funcionalista, pois encara a língua em seu uso.

Aproximando-me desses autores e, neles tendo-me inspirado, deles entretanto me afasto, nos seguintes pontos: (i) estratos linguísticos podem ocorrer, quando muito, no interior de cada sistema; (ii) os sistemas linguísticos não são dotados de uma hierarquia; (iii) não elejo nenhum deles como central; (iv) o que, sim, é central na língua é o *dispositivo sociocognitivo* que rege os sistemas, fazendo de cada um deles uma forma de representação das categorias cognitivas e, ademais, regulando-os a partir de impulsos que identifiquei na conversação, a mais básica das manifestações linguísticas. Esse dispositivo não é outro sistema, e nisto me afasto de Nascimento (1993b/2005), item D.

Venho postulando há tempos a língua como um multissistema, fundamentando-me no diálogo com esses autores, mas sobretudo na interpretação dos achados do Projeto Nurc e do Projeto de Gramática do Português Falado, e no Projeto para a História do Português Brasileiro: Castilho (1998b, 1998d, 2002, 2003a/2007, 2003b/2006, 2004a/2007, 2004b/2006, 2004c, 2004d, 2005, 2007, 2009a). Versões anteriores da proposta se beneficiaram do criticismo construtivo de colegas como Margarida Basílio, Jânia Ramos, Sônia Bastos Borba Costa, Augusto Soares da Silva, e de vários orientandos de mestrado e doutorado. São de minha responsabilidade os erros e imprecisões remanescentes. Algumas aplicações da proposta aparecem em Castilho (1997b, 1998a/2004, 1998b, 2000a, 2003a/2007, 2003b/2006, 2004b/2006, 2004c, 2007, 2009b), Barreto (2004), Módolo (2004, 2006, 2007, 2009), Kewitz (2007a, 2009), Simões (2007), Braga (2008), Defendi et al. (2009), Santos et al. (2009), Sartin (2009). A concepção do portal www.museudalinguaportuguesa.org tomou igualmente em conta esta proposta.

LEITURAS SOBRE FUNCIONALISMO

Castilho (1967, 1968a, 1978b, 1981a, 1984c, 1989b, 1993a, 1994b, 1998a/2004, 1998c, 1998e, 2003b/2006, 2004d, 2007), Franchi (1976), Dik (1978/1981, 1989, 1997), Givón (1979b, 1984), Halliday (1966-1968, 1969, 1970, 1974, 1985a, 1985b), Halliday e Hasan (1976), Ilari (1986a/1992/2004), Thompson (1992), *Alfa* 38 (1994 – número especial sobre “O funcionalismo em Linguística”), Neves (1997), Neves / Braga (1998), Kato (1998), Pezatti (2004).

O desenvolvimento dos estudos funcionalistas brasileiros foi minuciosamente retratado por Neves (1997) e Neves / Braga (1998). No texto de 1998, elas identificam os pioneiros desse movimento (Evanildo Bechara, Rafael Hoyos-Andrade e Ataliba T. de Castilho), os grupos de pesquisa (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua, da UFRJ, coordenado por Anthony J. Naro; Discurso e Gramática, da UFF, coordenado por Sebastião Votre; Grupo de Sintaxe I do Projeto de Gramática do Português Falado, coordenado por Rodolfo Ilari e Maria Helena Moura Neves; Espaços Mentais e Gramaticalização, da UFJF, coordenado por Margarida Salomão) e várias pesquisas avulsas. A polêmica Votre/Naro (1989) *versus* Nascimento (1990), seguida depois das observações de Dillinger (1991), deu maior visibilidade ao entrelaço formalismo *versus* funcionalismo em nossas universidades. Votre/Naro (1989: 175) argumentaram que “em nossa abordagem vamos normalmente do particular para o geral, porque o próprio critério que permite a descoberta do que ocorre e recorre, de forma regular, e que nos permite construir a generalização, é o papel comunicativo, e não *algum critério formal*”. Nascimento (1990:98) mostra que o formalismo e o funcionalismo têm objetivos diferentes, pois a Sintaxe Gerativa é um modelo do conhecimento linguístico, ao passo que a Sintaxe Funcional é um modelo do processamento verbal. Vistas as coisas desse ângulo, ele argumenta que “os dois modelos de análise podem contribuir um para o progresso do outro”, pois focalizam o fenômeno linguístico de ângulos complementares. Kato (1998) identificou pontos de contato entre os dois modelos, começando pela questão dos papéis temáticos. Finalmente, é preciso reconhecer que no final do século XX formalismo e funcionalismo passaram por muitas transformações, de que resultou uma diminuição das distâncias captadas pelos quadros comparativos transcritos neste capítulo. A aproximação pode ser creditada aos avanços conseguidos nos domínios do Discurso e da Semântica, e ao enorme desenvolvimento da Linguística Cognitiva.

LEITURAS SOBRE LINGUÍSTICA COGNITIVA

Langacker (1987, 1990, 1991, 1999, 2008), Goldberg (1995), Ungerer e Schmid (1996), Heine (1997), Silva (1997, org. 2001, 2006), Salomão (1999, 2002), Talmy (2000), Castilho (2002a).

1.3. A LÍNGUA É UM CONJUNTO DE PRODUTOS E DE PROCESSOS EM MUDANÇA: GRAMÁTICA HISTÓRICA

A Linguística moderna surgiu com a Linguística Histórica, no começo do século XIX. Essa direção de estudos desenvolveu as seguintes teorias sobre a mudança linguística, simplificada e assim relacionadas: (1) comparatismo; (2) neogramaticismo; (3) estruturalismo; (4) gerativismo; (5) variacionismo e funcionalismo.

Reporto-me brevemente a esses momentos, situando cada um deles em sua contribuição à Linguística portuguesa.

1.3.1. O COMPARATISMO E O MÉTODO HISTÓRICO-COMPARATIVO

Os comparatistas impuseram-se como agenda identificar o passado comum das línguas, concentrado numa protolíngua sem documentos escritos, que devia então ser postulada. Para configurar a protolíngua, eles compararam as gramáticas das línguas-testemunho. Foi assim desenvolvido o método histórico-comparativo, através do qual foi possível configurar o indoeuropeu, o latim vulgar e o romance. No Brasil, a maior figura desta orientação foi Theodoro Henrique Maurer Jr., que publicou a primeira gramática sobre o latim vulgar, acompanhada de reflexões teóricas (Maurer Jr., 1959, 1962).

1.3.2. O NEOGRAMATICISMO E A CENTRALIDADE DA FONÉTICA

Os neogramáticos se concentraram na história das línguas previamente afiliadas pelos comparatistas. De uma certa forma, retomaram as atividades da Filologia Clássica, atacada pelos comparatistas, concentrando-se na gramática dessas línguas – o que lhes valeu o apelido de “neogramáticos”, que eles incorporaram com bom humor.

A teoria dos neogramáticos foi sistematizada por Herman Paul, num trabalho de 1880, reformulado na edição de 1920. Seu livro transformou-se num dos clássicos da Linguística: Paul (1880/1920/1970). Essa teoria assenta nos seguintes princípios:

(1) O historiador de uma língua natural tem como tarefa de base acompanhar as diversas fases ou diversos estados da língua, entendida como um “organismo psíquico”, ou mental, como diríamos hoje. Esse organismo é uma sorte de gramática internalizada, e dela decorrem os enunciados; tais enunciados são elementos relacionados uns com os outros.

(2) As relações linguísticas são perceptíveis na fala individual, o que permite lançar uma ponte entre a pesquisa linguística e a pesquisa psicológica. Mas é necessário relacionar os usos individuais com os usos coletivos, para melhor entender o mecanismo da mudança linguística. O uso coletivo não passa de um artefato do linguista: (i) não há limites entre usos coletivos, que serão idealmente concebidos como uma soma de usos individuais; (ii) a única realidade disponível é o uso individual, e é nesse nível de consideração que as mudanças são desencadeadas, sobretudo quando usos são acrescentados ou subtraídos ao uso coletivo; (iii) dois mecanismos causam as mudanças no uso individual: a) a mudança espontânea, explicável pelas tensões sintagmáticas, isto é, pela acomodação de um som ao que lhe está contíguo na cadeia da fala; b) as adaptações da fala individual a outra fala individual, o que pressupõe o intercurso verbal como um momento importante na mudança.

(3) O momento decisivo da mudança linguística está, portanto, localizado no uso individual. Paul (1880/1920/1970) afirma que tal mudança se dá por meio de “passos infinitesimais”, um dos quais é o princípio do “maior conforto [articulatório]”, expressão que se tornou conhecida entre nós como “lei do mínimo esforço”, acaso uma versão infeliz da denominação original. Sendo foneticamente gradual, a mudança “avança por uma implementação imperceptível, mas lexicalmente abrupta, afetando simultaneamente todas as palavras relevantes”, na leitura de Labov (1981: 72). Críticos dos neogramáticos, conhecidos como difusionistas, aduziriam evidências contrárias a esta posição (Marco Antônio de Oliveira, comunicação pessoal).

Há duas decorrências deste princípio, as quais foram sendo fixadas ao longo da Linguística Histórica Portuguesa de inspiração neogramatical: (i) como as mudanças fonéticas se fundamentam na produção fisiológica dos sons, elas têm certa universalidade e espontaneidade. Mesmo em línguas muito diversas entre si, podemos encontrar o mesmo tipo de mudança, dado que tudo é uma questão de acomodações entre sons contíguos, produzidos por um “aparelho fonador” em si mesmo idêntico; (ii) as mudanças fonéticas, por isso mesmo, não admitem exceções, e os casos de irregularidade decorrem de empréstimos linguísticos, ou de analogias. Como reconheciam Brugman-Osthoff (1878, apud Paul, 1880/1920/1970), “cada mudança fônica, visto que ocorre mecanicamente, tem lugar de acordo com leis que não admitem exceção”. As irregularidades teriam de ser explicadas de outro modo. Este é o caso do advérbio de afirmação *sim*. Derivado do latim *sic*, as regras de mudança fonética levariam a *si*, que de fato existiu no português arcaico. A nasalidade da forma moderna *sim* aponta para um tratamento irregular, explicável pela analogia com *non* > *não*, visto que a afirmação tira seu estatuto de uma oposição à negação.

(4) A mudança não tem um ritmo permanente, e conforma-se à estabilidade maior ou menor dos usos individuais. Historiadores das ideias linguísticas veem nisso uma evidência de que Herman Paul admitia o acaso como um fator de mudança. De todo modo, o curso de uma mudança passa pela difusão de um novo hábito de uma minoria para uma maioria, o que levanta a questão das mudanças intra e intergeracionais, que viria a ser tematizada pela teoria da variação e mudança. Paul quer com isso dizer que um “fato novo” pode ser mais bem identificado pelo adulto do que pela criança, mais suscetível de captar e executar as tendências à mudança, identificáveis em sua “gramática implícita”.

(5) Somente os fatores fonéticos podem condicionar a mudança. Isso quer dizer que os neogramáticos aparentemente não incluíam em sua argumentação fatores de caráter morfológico ou sintático. Os fatores fonéticos podem ser sistematizados em termos de assimilação, dissimilação, permuta, adição, apagamento, transposição e outros. No caso do apagamento de sons, a perda das consoantes travadoras de sílaba teve consequências morfológicas importantes no sistema do português, quando essas consoantes funcionam como morfemas, como o caso de {s} marcador de plural.

As afirmações dos neogramáticos deram origem às gramáticas históricas, que organizaram os fatores fonéticos, impulsionando este momento da Linguística Histórica. No campo da língua portuguesa devem ser lembrados Pereira (1915/1933), Nunes (1919/1945), Leite de Vasconcelos (1911/1926/1988), Hüber (1933/1986), Lima Coutinho (1938/1958). Nos anos 50 do século xx, toda uma geração de linguistas brasileiros foi formada nessas fontes, pois a Linguística Histórica ocupava o centro das estruturas curriculares.

Essas ideias voltaram a ser discutidas nos últimos anos, com refutações muito fortes, criando-se a chamada “controvérsia neogramatical”, que parece resumir-se nisto: o que realmente muda, o som ou a palavra? Sobre isso, veja Labov (1981, 1995).

1.3.3. O ESTRUTURALISMO E A CENTRALIDADE DA FONOLOGIA

O estruturalismo se constitui numa “família teórica” que tem em comum postular a língua como um sistema constituído por subsistemas hierarquicamente dispostos.

A cada subsistema corresponde uma unidade, formalmente designada por vocábulos técnicos terminados em *-ma*.

Os estruturalistas concentraram na fonologia o motor da mudança linguística. Martinet (1955) estipulou três processos de mudança fonológica:

1) Fonologização: é o surgimento de um fonema novo, a partir da criação de um traço pertinente inexistente no estágio linguístico anterior. Assim, no quadro das vogais latino-vulgares, não se estabeleciam dois graus na abertura média. O português criou o traço pertinente /+ média aberta/, surgindo assim a distinção entre /ε/ e /ɔ/ abertos. Analogamente, o latim não tinha o traço /+ palatal/ em seu quadro de consoantes. O português, e outras línguas românicas, criaram esse traço, enriquecendo-se o quadro respectivo, em nosso caso, com os fonemas palatais /ʃ/, /ʒ/, /ɲ/, /ɳ/. Vogais médias abertas e consoantes palatais são casos de fonologização.

2) Transfonologização: é o surgimento de um fonema novo, mediante o aproveitamento de um traço pertinente já existente no sistema. A extensão do traço /+ sonoro/ deu surgimento, no português, aos fonemas consonantais /v/ e /z/. A transfonologização promove o equilíbrio do sistema fonológico, preenchendo as “casas vazias” deixadas pelo não-aproveitamento integral de um traço pertinente.

3) Desfonologização: é a perda de um traço, e o conseqüente desaparecimento de fonemas. O português perdeu o traço de quantidade e, por conseqüência, não temos vogais nem consoantes longas com valor fonológico, que desempenhavam um papel importante no sistema fonológico latino-vulgar.

Essas ideias foram examinadas no português por Câmara Jr. (1975), Borba (1972/1973), Castilho (1978d), Zágari (1988), Mattos e Silva (1991 e 1993).

Adaptando o esquema de Martinet para a morfologia diacrônica, pode-se afirmar que na passagem do latim vulgar para o português houve casos de:

1) Morfologização: criação dos morfonemas, formação dos tempos compostos e das perífrases verbais, criação de novos morfemas para o futuro do presente e do pretérito.

2) Desmorfologização: desaparecimento dos casos nos substantivos, do futuro imperfeito do indicativo, do imperfeito do subjuntivo, dos participípios presente e futuro, desaparecimento dos morfemas de grau dos adjetivos.

3) Transmorfologização: recategorização de formas compostas da passiva perifrástica, em que *amatus sum*, por exemplo, foi reinterpretado como presente passivo.

Sobre a morfologia diacrônica do português, veja Câmara Jr. (1975), Naro (1973), Maia (1986), Mattos e Silva (1991, 1993, 2008).

Na mesma linha do raciocínio estruturalista, as alterações morfológicas implicariam em alterações sintáticas. Assim, a perda das consoantes travadoras de sílabas, tanto quanto dos casos na morfologia nominal, desencadearam (i) a expansão do uso das preposições; e (ii) certo enrijecimento da ordem de figuração dos constituintes sentenciais, tornando-se o português progressivamente uma língua configuracional.

No PB, estamos observando agora a destruição do sistema casual dos pronomes, e suas conseqüências na expressão das categorias funcionais de sujeito e de objeto direto (veja 7.3.1, 7.4.1 e 11.4.1).

As alterações já mencionadas na morfologia verbal, tais como o desaparecimento do participípio presente e sua substituição pelo gerúndio, o declínio no uso dessa forma e do infinitivo, ocasionaram

uma utilização mais frequente das conjunções, no caso das sentenças conjuncionais (veja o capítulo “A sentença complexa e sua tipologia”).

Sobre a sintaxe diacrônica do português, veja Silva Dias (1881/1918/1954), Brandão (1963), Mattos e Silva (1989, 1993 e 2008).

1.3.4. O GERATIVISMO E A CENTRALIDADE DA SINTAXE

Aparentemente, a primeira questão de alcance diacrônico que chamou a atenção dos gerativistas foi a da aquisição da linguagem: por que a gramática do falante adulto, um sistema tão complexo, é tão rapidamente adquirida, se durante a fase de aprendizado a criança recebe estímulos tão pequenos? Para encaminhar uma explicação, o gerativismo começa por distinguir a língua I, internalizada, da língua E, externalizada, à qual as crianças estão expostas.

Para tratar desta questão, Chomsky (1986) retoma o chamado “paradoxo de Platão”. Tratando da aquisição do conhecimento, e contrastando o conhecimento sofisticado do mundo com o contato precário que temos com esse mesmo mundo, Platão argumentava que o conhecimento é recordado de existências anteriores. Estímulos recebidos na existência atual despertam o conhecimento assim adquirido que, portanto, preexiste ao indivíduo. Chomsky traduziu esse conhecimento em termos de nosso aparato genético, postulando que o conhecimento linguístico tem um caráter inato e está, por assim dizer, inscrito no código genético humano.

A teoria dos princípios e parâmetros, desenvolvida a partir de Chomsky (1986), explora esta perspectiva (Miotto / Silva / Lopes, 1999/2005). Assim, na gramática universal há um conjunto de princípios, que são invariantes, aos quais correspondem parâmetros, que são opcionais. Nessa linha de raciocínio, ao princípio A, segundo o qual o verbo transitivo deve ser “irmão” do objeto direto, correspondem os parâmetros x e y, segundo os quais o objeto pode preceder ou seguir o verbo. Ao princípio B (“verbos finitos devem ligar-se a INFL”, isto é, à flexão), correspondem os parâmetros x e y (“o verbo move-se para INFL”, ou então “INFL move-se para o verbo”). Ao princípio C (“os núcleos precedem os complementos”), correspondem os parâmetros x e y (“x precede SN, ou x segue SN”) etc. Quer dizer, os parâmetros são sempre binários, e o falante faz a escolha de um deles por sua exposição aos dados da língua E.

Assim, adquirir uma língua é fixar os valores dos parâmetros, movimentando um leque de opções. A mudança linguística é uma questão de mudança dos valores paramétricos. O latim selecionou o parâmetro objeto-verbo, ao passo que línguas românicas, como o português, selecionaram verbo-objeto. Deve-se destacar o fato de que nem todos os parâmetros estão sujeitos à mudança de seleção. Ainda não se conseguiu explicar por que certos parâmetros são mais sujeitos à mudança que outros.

As possibilidades abertas pela teoria dos princípios e parâmetros foram bastante exploradas no estudo do PB. Desse programa resultou uma nova geração de linguistas historicistas brasileiros. As figuras centrais aqui foram Mary Kato e Fernando Tarallo. Sínteses dos resultados obtidos aparecem em Roberts / Kato (orgs. 1993), Castilho et al. (orgs. 2007).

1.3.5. O VARIACIONISMO, O FUNCIONALISMO E A CENTRALIDADE DOS USOS

Sapir (1921/1954) afirmava que o fenômeno da variação linguística acarreta o da mudança: se há duas ou mais formas em competição, uma delas acabará por vencer a outra, e a língua mudará.

Essa ideia foi elaborada por William Labov, que a denominou teoria da variação e mudança. Seu objetivo maior é apanhar a mudança “em seu pleno voo”, por assim dizer.

No texto fundacional dessa teoria, Weinreich / Labov / Herzog (1975) começam por destacar as inconveniências do ponto de vista estruturalista e gerativista sobre a mudança. Uma e outra teoria postulam que a língua é homogênea, e praticada por um falante ideal, o que vai complicar seriamente as coisas tanto no plano sincrônico da descrição linguística quanto no plano diacrônico de interpretação de sua mudança. Fixando a atenção neste último aspecto, esses linguistas reclamam que

quanto mais os linguistas se impressionarem com a existência da estrutura da língua, quanto mais apoiarem esta observação em argumentos dedutivos a respeito das vantagens funcionais da estrutura, tanto mais misteriosa se tornará a transição de um estágio para outro dessa mesma língua. Afinal de contas, se uma língua tem de ser estruturada para funcionar eficientemente, como as pessoas continuarão a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto ela passa por períodos de uma sistematicidade atenuada? (Weinreich / Labov / Herzog, 1975: 100).

Para dar resposta a essas e a outras questões, os sociolinguistas formularam a teoria da variação e mudança, na qual eles propõem “quebrar a identificação entre estruturação e homogeneidade” e ir ao enalço da competência linguística dos falantes, a qual está ancorada numa heterogeneidade sistematizada, pois a “ausência da heterogeneidade estruturada seria disfuncional”. A ancoragem da mudança nos usos da linguagem trouxe os sociolinguistas labovianos para o campo do funcionalismo.

Os seguintes argumentos compõem a teoria variacionista da mudança:

1) Reconhece-se a existência de princípios restritivos que governam a mudança de determinada estrutura. Há uma covariação entre esses princípios e variações individuais, as quais devem ser definidas (Weinreich / Labov / Herzog, 1975: 101 e 170).

2) A mudança das estruturas põe o problema da transição, isto é, há estágios intermediários nessa mudança, os quais podem ser empiricamente observados e controlados, visto que “uma mudança linguística pode ocorrer numa gradação discreta” (Weinreich / Labov / Herzog, 1975: 170).

3) Duas questões resultam daqui: (i) questão do encaixamento: como as mudanças se encaixam “na matriz dos concomitantes linguísticos e extralinguísticos das formas em questão?”, isto é, por que setores da estrutura linguística a mudança tem começo, e que segmentos da sociedade a incorporam primeiramente?; (ii) questão da avaliação: como as mudanças são avaliadas em termos de seu impacto sobre a estrutura linguística e sobre a eficiência comunicativa? (Weinreich / Labov / Herzog, 1975: 101 e 181). A avaliação pode acelerar ou bloquear uma mudança, segundo ela seja ou não aceita pelas classes sociais de mais prestígio.

4) Mas a questão central a respeito da mudança é a de sua implementação: que fatores a favorecem? por que certas línguas dotadas do mesmo traço estrutural não passam pela mesma mudança?

5) Um dos aspectos mais notáveis da teoria da variação e mudança já mencionados é o fato de que podemos observar a mudança linguística no tempo real. A teoria distingue tempo aparente de tempo real. A respeito do tempo real, Naro / Votre (1992/1996: 82) dão o seguinte exemplo:

O estado atual da língua de um falante adulto reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente quinze anos de idade. Assim sendo, a fala de uma pessoa com 60 hoje representa a língua de quarenta anos atrás, enquanto outra pessoa com 40 anos hoje revela a língua de há apenas vinte e cinco anos.

Esses mesmos autores agregam que nem todas as variáveis são sujeitas à mudança. Há na língua setores mais estáveis e setores mais instáveis, mais sujeitos ao fenômeno da variação (Naro/Votre, 1992/1996: 84).

As aplicações da teoria da variação e mudança ao PB têm sido muito extensas, destacando-se (i) as pesquisas de Fernando Tarallo e Mary A. Kato na Universidade Estadual de Campinas, que promove-

ram o casamento dessa teoria com a teoria gerativista (Roberts / Kato, orgs. 1993); (ii) a vasta produção do Projeto Censo Linguístico do Rio de Janeiro, atual Projeto de Estudo dos Usos Linguísticos, com sede na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Paiva, org. 1999; Mollica, org. 1996; Oliveira e Silva / Scherre, orgs. 1996; Macedo / Roncarati / Mollica, orgs. 1996; Paiva / Duarte, orgs. 2003; Roncarati / Abraçado, orgs. 2003); (iii) os estudos sobre a fala popular de São Paulo, promovidos por Ângela Rodrigues (1987), na Universidade de São Paulo; (iv) as pesquisas inspiradas em (ii): Projeto Variação no Sul do Brasil, Projeto Variação Linguística do Estado da Paraíba (Hora / Pedrosa, orgs. 2001, 5 volumes).

No quadro das teorias funcionalistas da mudança, hipotetizei que seu momento crucial ocorre nos atos conversacionais, levando em conta as características sociolinguísticas do falante e do ouvinte. Quanto mais heterogênea é a comunidade, maior o distanciamento sociolinguístico entre falante e ouvinte, obrigando-os a um esforço correspondentemente maior para a manutenção da conversação – e a língua acelera sua mudança. Inversamente, quanto mais homogênea é a comunidade, maior a aproximação sociolinguística entre os interlocutores, menor será esse esforço – e a língua diminui seu ritmo de mudança (Castilho, 2000b). Por outras palavras, a heterogeneidade social acarreta o inovadorismo, ao passo que a homogeneidade acarreta o conservadorismo linguístico. O exame da estrutura sociolinguística brasileira a partir desses parâmetros poderá mostrar por que tivemos momentos de aceleração ou de retardamento na mudança do PB (Castilho, org. 2009).

“A fênix renascida”

A Linguística Histórica passou para o segundo plano durante o período mais forte de atuação do estruturalismo e do gerativismo, movimentos basicamente a-históricos. Chegou-se mesmo a anunciar sua morte, dado o impacto das teorias descritivistas, que favoreceram o estudo de uma dada sincronia.

É verdade, entretanto, que mesmo no interior dessas teorias algumas vozes anunciavam a volta da “velha senhora”. Lembrem-se as pesquisas de A. Martinet sobre a fonologia diacrônica, no quadro do estruturalismo, e a teoria dos princípios e parâmetros de N. Chomsky, no quadro do gerativismo. No Brasil, foi profética a voz de Fernando Tarallo, que proclamou o renascimento da “fênix”, excelente metáfora para uma ciência que retorna sempre: Tarallo (1984).

Nessa mesma década de 1980, sem uma combinação prévia, três publicações fizeram renascer a Linguística Histórica no domínio da língua portuguesa, todas elas escritas por respeitados linguistas: Maia (1986), na Universidade de Coimbra, com seus estudos sobre o galego-português, Mattos e Silva (1989), na Universidade Federal da Bahia, com seu estudo sobre o português trecentista, a que se seguiu o Programa de História do Português, e Mary Kato, na Universidade Estadual de Campinas, juntamente com Fernando Tarallo (Kato / Tarallo, 1988; Roberts / Kato, orgs. 1993).

Estas questões todas repercutiram no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, que decidiu em 1997 historiar o português de São Paulo. Foi então realizado o I Seminário do Projeto para a História do Português Paulista, logo transformado no Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB), detalhado a seguir. Nesse projeto, tem-se estimulado a “convivência dos contrários”, abrigando-se funcionalistas-cognitivistas, gerativistas e sociolinguistas.

LEITURAS SOBRE LINGUÍSTICA HISTÓRICA

Meillet (1918/1958), Maurer Jr. (1951a, 1959), Câmara Jr. (1975), Wartburg / Ullmann (1975), Weinreich / Labov / Herzog (1975), Bynon (1977/1981), Mattos e Silva (1981, 1989, 1991, 1993, 1994, 1998, 1999a, 2000b, 2001a, org. 2001, 2002a, 2002b, 2003, 2004, 2008), Ilari (1989/2004, 2001a, 2002), Tarallo (1984, 1986/1993, 1987, 1990a, 1991/1993), Faraco (1991/2005), Roberts / Kato (orgs. 1993), Maia (1995), Castilho et al. (orgs. 2007), Castilho (org. 2009). Em 1998 foi organizado o Projeto para a História do Português Brasileiro, que compreende atualmente várias equipes regionais, reunindo especialistas de Alagoas, Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Vários seminários foram realizados, publicando-se seus resultados numa série de volumes de ensaios: Castilho (org. 1998, 2009a), Mattos e Silva (org. 2001), Alkmim (org. 2002), Duarte / Callou (orgs. 2002), Lobo et al. (orgs. 2006), Ramos / Alkmim (orgs., 2007), Aguilera (org. 2009). Para fundamentar as análises, foram publicados até aqui os seguintes *corpora* e/ou discussões sobre o problema: Guedes / Berlinck (orgs. 2000), Barbosa / Lopes (orgs. 2002/2006), Lobo (2001), Megale (1999, 2001), Módolo (1998), Salles (2001a), Toledo Neto (2001, 2002), Simões e Kewitz (2006b). Uma primeira consolidação dos resultados foi planejada para 2012.

1.4. A LÍNGUA É UM CONJUNTO DE “USOS BONS”: GRAMÁTICA PRESCRITIVA

A Gramática Prescritiva, também conhecida como Gramática Normativa, ou Gramática Escolar, preocupa-se com a variedade culta da língua, caracterizada em 1.4 Apenas o padrão culto é considerado nesse tipo de Gramática.

Isso se deve a que as sociedades humanas são restritivas a respeito da variação linguística, promovendo uma das variáveis, a culta, e discriminando a outra, a popular. O Estado e seu aparato de ensino são sensíveis a esse fato, e por isso a escola – que é uma das representações do Estado – privilegia em suas práticas a chamada norma culta. Acredita-se que a promoção da cidadania assenta em seu domínio do padrão privilegiado socialmente.

Essa prática, em princípio sensível a um dado antropológico, tem tido, infelizmente, um efeito perverso em nosso país: a consideração nada razoável de que das diferentes variedades que convivem numa língua só tem interesse a variedade culta. Mais, tem-se firmado na sociedade brasileira a percepção de que só há um tipo de Gramática, a Gramática Prescritiva. Só há uma variedade linguística boa: o padrão culto. Falar bem e escrever melhor seria, ademais, uma questão de obediência a regras. Não é necessário refletir muito para identificar as consequências políticas dessa atitude.

Entretanto, se o padrão culto for colocado numa perspectiva científica, como uma variedade linguística entre outras, e se o relacionarmos com as situações sociais em que ele é utilizado, tudo bem, a ciência voltará a respirar aliviada. E teremos menos preconceitos linguísticos entre nós.

São dois os objetos da Gramática Prescritivista: o ensino da norma gramatical e o da ortografia.

1.4.1. NORMA GRAMATICAL

Nas diversas comunidades, há sempre uma variedade social de maior prestígio, a que se denomina *norma* ou *padrão*. Na literatura disponível, conceitua-se a norma a partir de critérios ora antropológicos, ora propriamente linguísticos.

Os antropólogos apontam a norma como um fator de aglutinação social, argumentando que ela resulta das forças coletivas que cobram certa fidelidade de seus membros aos diferentes produtos culturais, entre os quais ressalta a língua.

Os linguistas mostram que a norma é uma variedade à qual a comunidade de fala atribui um prestígio maior, em face do qual as demais variedades sofrem discriminação.

O conceito linguístico de norma abriga três aspectos: a *norma objetiva* (ou padrão real), a *norma subjetiva* (ou padrão ideal) e a *norma pedagógica* (ou padrão escolar).

A *norma objetiva* é o uso linguístico concreto praticado pela classe socialmente prestigiada. Ela é, portanto, um dialeto social. Ao longo da história de um povo identificam-se classes que assumem ascendência sobre as outras, irradiando comportamentos sociais e comportamentos linguísticos.

As raízes dessa ascendência são em geral de natureza econômica. Como um dialeto social, a norma objetiva não está a salvo do fenômeno da variação linguística. Assim, temos uma norma objetiva para cada período histórico, uma norma geográfica (em países de maior estabilidade social, a norma coincide com o falar de uma região). No caso do Brasil, o policentrismo cultural acarreta necessariamente uma variedade de normas objetivas: (i) uma norma intraindividual, que pode ser espontânea ou coloquial/refletida ou formal; (ii) uma norma individual, pois há normas para as diferentes faixas etárias da classe de prestígio; (iii) uma norma temática; e (iv) uma norma relativa ao canal. Grandes projetos de pesquisa buscam descrever a norma objetiva, como é o caso, no Brasil, do Projeto da Norma Urbana Linguística Culta, voltado para a língua falada culta (Castilho, 1990a). A norma objetiva é então um feixe de normas – e ponha feixe nisso!

Levando o falante a transitar por esses diferentes estilos, é possível documentar a *norma subjetiva*, ou seja, é possível descobrir o que o falante pensa de sua própria execução linguística. Esse método foi utilizado por linguistas brasileiros para avaliar juízos, entre outros tópicos, a respeito do [ɾ] caipira, da abertura de vogais pretônicas no Nordeste, da palatização do /t/ e do /d/, do uso de *a gente* por *nós*, de *tu* por *você*, e assim por diante (Mollica / Braga, orgs. 2003). A norma subjetiva, portanto, é um conjunto de juízos de valor emitidos pelos falantes a respeito da norma objetiva.

Como se sabe, ao descrever a norma objetiva localizam-se variantes para o mesmo fenômeno, como os tipos de execução do fonema /r/, a concordância nominal e verbal, a ordem dos argumentos na sentença etc. Confrontada com o elenco de variantes possíveis, a classe culta seleciona a que parece mais adequada, discriminando as demais, ou utilizando-as apenas em circunstâncias precisas como, por exemplo, articular /r/ como um alofone vibrante anterior ou posterior, discriminando a execução retroflexa nas situações formais, usar o mais-que-perfeito simples na modalidade escrita, mas rechaçá-lo claramente na língua falada etc.

Rodrigues (1968: 43) define a norma subjetiva como tudo aquilo que se “espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações”. Testes especiais foram concebidos pela Sociolinguística para apurar essas preferências, naturalmente após se ter obtido uma boa descrição da norma objetiva. Tornou-se bem conhecido entre nós o ensaio de William Labov, “Identificação de estilos contextuais” (Labov, 1972a). Ele propõe ali uma categorização da fala em “situação de entrevista”, “estilo de leitura”, “listas de palavras” e “pares mínimos”.

É possível identificar e documentar a norma objetiva se levarmos o falante a transitar por esses diferentes estilos. Esse método foi utilizado por linguistas brasileiros para avaliar juízos a respeito dos fenômenos listados anteriormente. Levando o falante a transitar por esses diferentes estilos, é possível documentar a norma subjetiva, numa estratégia bem documentada na Sociolinguística do PB.

Se associarmos a norma objetiva e a norma subjetiva, poderemos configurar a *norma pedagógica*, que é, portanto, uma mistura um tanto difícil de realismo com idealismo em matéria de fenômenos linguísticos. Da norma pedagógica se ocupa o ensino formal da língua portuguesa, com seus instrumentos de trabalho, a Gramática Normativa e o dicionário. Numa sociedade em rápido processo de mudança como é a brasileira, há uma natural flutuação nas aspirações da classe escolarizada com respeito à adequação em matéria linguística. A isso se associa nosso conhecimento ainda imperfeito da norma objetiva, apesar dos enormes avanços já registrados.

Importa reter que a teoria da variação linguística tem tido uma grande repercussão na análise gramatical. Admite-se hoje que os falantes de uma língua operam com uma variedade de gramáticas, de acordo com a situação linguística particular em que estão envolvidos. Labov (1972a) diz que é possível estudar a língua em situações reais de uso, porque a heterogeneidade da língua é estruturada. Como demonstra Tarallo (1990b: 7), “o modelo de análise proposto por Labov apresenta-se como uma reação à ausência do componente social no modelo gerativo”.

1.4.2. NORMA LEXICAL

Norma lexical é o uso socialmente adequado das palavras. Os dicionários descritivos recolhem os vocábulos e seus sentidos considerados aceitos no uso culto da língua. Consultamos esses importantes instrumentos para conhecer (i) o sentido e a pronúncia de uma palavra; (ii) o modo correto de escrevê-la; (iii) suas propriedades gramaticais (por exemplo, como dada palavra se flexiona, como se constrói, a que classe pertence); (iv) sua origem; (v) como usá-la (seria uma forma culta, um regionalismo, um termo da gíria, um termo formal/informal, um arcaísmo?), e assim por diante.

Redigir dicionários é o trabalho da Lexicografia. O ensino do vocabulário passa pela consideração dessa atividade (veja 2.1). Ao preparar os verbetes* (ou entradas lexicais, ou lemas), os lexicógrafos cuidam (i) da definição das palavras; (ii) de sua enumeração por ordem alfabética (dicionário descritivo); ou (iii) por ordem das ideias (dicionário analógico). As estruturas equativas são usadas nas definições (veja 8.3.2.4). Consulte um dicionário e identifique essas estratégias de redação dos verbetes.

1.4.3. NORMA ORTOGRÁFICA

A ortografia é um dos temas permanentes da Gramática Normativa. As línguas de grande circulação, sobretudo quando usadas em mais de uma região geográfica, precisam de um código ortográfico uniforme para facilitar a circulação dos textos.

Os códigos gráficos perseguem um objetivo que nunca será atingido: aproximar a língua escrita da língua falada. Escrever como se fala é impossível: basta lembrar a flutuação da pronúncia em qualquer país. As grafias, por isso, representam uma sorte de abstratização sobre a execução linguística, assegurando a intercompreensão.

Durante o período do português arcaico, cada copista escrevia a mesma palavra como bem entendia. Elis de Almeida Cardoso colecionou as seguintes variantes de *igreja*: *ygreja*, *eygreya*, *eygleyga*, *eygreia*, *eygreia*, *eygreyga*, *igleja*, *igreia*, *igreja* e *ygriga* (veja em www.discutindoalinguaportuguesa.com.br). Já pensou? Aparentemente nada disso era um grande problema, pois o analfabetismo era geral.

A partir do século XVI se passou a perseguir a “grafia perfeita” – outra utopia. Sucederam-se vários acertos, matéria que mais recentemente tem sido tratada em legislação própria. A grafia tornou-se assim a única manifestação linguística regulada por leis específicas.

1.4.3.1. História da ortografia portuguesa

Eis aqui alguns marcos históricos da ortografia do português:

- Entre os séculos XVI e começo do XX predominou uma escrita etimológica, ou seja, uma grafia que permitisse facilmente descobrir o passado histórico da palavra. Assim, escrevia-se *pharmacia* em lugar da grafia atual *farmácia*, porque a palavra deriva do grego *phármakos*, que significa “veneno”. Pois é. Pela mesma razão grafava-se *theologia*, *chimica* etc. Era um tempo em que os cidadãos escolarizados sabiam grego e latim, de forma que não estranhavam nem um pouco essas grafias. Nesse século, Duarte Nunes de Leão publicou em 1576 a sua *Orthographia da lingua portuguesa*.
- No século XVII, Álvaro Ferreira de Vera publicou a *Orthographia ou arte para escrever certo na lingua portuguesa* (1633).

- No século XVIII, Luiz António Verney publicou *O verdadeiro método de estudar* (1746), opondo-se à grafia etimológica.
- Em 1904 o assunto passou às mãos de um especialista. Gonçalves Viana, que era foneticista e lexicólogo, publicou a sua *Ortografia nacional*, que exerceu uma grande influência nos anos seguintes. Seu trabalho trazia uma proposta de simplificação ortográfica, de que resultou a “expulsão” dos dígrafos *th*, *ph*, *ch* (quando soava como [k], *rh* e *y*. As consoantes dobradas, como *tt*, *ll* etc., também caíram fora, exceto *rr* e *ss*).
- 1907: a Academia Brasileira de Letras começa a simplificar a escrita nas suas publicações.
- 1910: com a implantação da República em Portugal, foi nomeada uma Comissão para estabelecer uma ortografia simplificada e uniforme para ser usada nas publicações oficiais e no ensino.
- 1911 – Primeira Reforma Ortográfica: tentativa de uniformizar e simplificar a escrita de algumas formas gráficas, mas que não foi extensiva ao Brasil.
- 1915: a Academia Brasileira de Letras resolve harmonizar a ortografia com a portuguesa, aprovando o projeto de Silva Ramos, que ajustou a reforma brasileira aos padrões da reforma portuguesa de 1911.
- 1919: curiosamente, a Academia Brasileira de Letras revoga a sua resolução de 1915, e tudo volta a ser como antes.
- 1924: a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras começaram a procurar uma grafia comum.
- 1929: a Academia Brasileira de Letras lança um novo sistema gráfico.
- 1931: Brasil e Portugal aprovam o primeiro Acordo Ortográfico, que leva em conta as propostas de Gonçalves Viana.
- Mas a Constituição brasileira de 1934 anula essa decisão, revertendo o quadro ortográfico às decisões da Constituição de 1891.
- 1938: volta-se à reforma de 1931.
- 1943: convenção ortográfica entre Brasil e Portugal, publicando-se o Formulário Ortográfico de 1943. Data daqui a ideia curiosa de que através dessa convenção assegurava-se a unidade da língua portuguesa. Ainda hoje se repete essa bobagem: desde quando uma lei unifica ou separa o que quer que seja em matéria linguística?
- 1945: surge um novo Acordo Ortográfico, que se tornou lei em Portugal. O governo brasileiro não ratifica esse Acordo, e assim os brasileiros continuaram a regular-se pela ortografia anterior.
- 1971: o Brasil promulga através de um decreto algumas alterações no Acordo de 1943, reduzindo as divergências ortográficas com Portugal.
- 1973: Portugal promulga as alterações, reduzindo as divergências ortográficas com o Brasil.
- 1975: a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboraram novo projeto de acordo que não foi aprovado oficialmente.
- 1986: o presidente do Brasil, José Sarney, promoveu no Rio de Janeiro um encontro dos sete países de língua portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe – de que viria a resultar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Foi apresentado o Memorando sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em que se propunha a supressão dos acentos nas proparoxítonas e paroxítonas.
- 1990; a Academia das Ciências de Lisboa convocou novo encontro, juntando uma Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. As academias de Portugal e Brasil elaboram a base do “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa”. De acordo com seu artigo 1º, estabeleceu-se que estão sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem em revisão do referido Acordo. O artigo 3º estabelecia que o documento entraria

em vigor no dia “1 de janeiro de 1994, após depositados todos os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do governo português”. Assinado em 16 de dezembro de 1990, em Lisboa, o acordo viria a ser aprovado no Brasil apenas em 1995.

- 1991: Antônio Houaiss publica *A nova ortografia da língua portuguesa*, resultado de muitos debates havidos em Lisboa. Esse acordo deveria entrar em vigor em 1994.
- 1995: o Acordo é aprovado no Brasil pelo Decreto Legislativo n. 54, de 18 de abril de 1995, publicado no *Diário Oficial da União*, seção 1, página 5.585, de 20/4/1995, e no *Diário do Congresso Nacional*, seção 2, página 5.837, de 21/4/1995.
- 1996: passados seis anos, o Acordo tinha sido formalmente ratificado apenas por três Estados-membros: Portugal, Brasil e Cabo Verde. Com isso, seguia vigente no Brasil o acordo luso-brasileiro de 1943, sancionado pelo Decreto-Lei n. 2.623, de 21 de outubro de 1955, e simplificado pela Lei n. 5.765, de 18 de dezembro de 1971.
- 1998: por iniciativa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), aprovou-se na cidade de Praia, em 17 de julho de 1998, o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, reconhecido no Brasil através do Decreto Legislativo n. 120, de 12 de junho de 2002, publicado no Diário do Congresso Nacional no dia 13 de junho de 2002. Mas ainda não foi dessa vez que a coisa andou, pois esse Protocolo Modificativo deixou em aberto a data de adoção por parte dos países signatários. Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Portugal, que tinham assinado o Acordo de 1990, aprovaram igualmente o dito Protocolo Modificativo.
- 2004: os ministros da Educação da CPLP reúnem-se em Fortaleza, no Brasil, para propor a entrada em vigor do Acordo Ortográfico, mesmo sem a ratificação de todos os membros.
- 2008: o impasse continuava, pois as adesões formais ao Acordo, por parte dos países da CPLP, deveriam ser depositadas em Lisboa, o que não ocorreu com a velocidade esperada. Finalmente, Portugal decidiu pôr em prática o Acordo a partir de 2010, e o Brasil, a partir de 2009, nesse caso, através do Decreto n. 6.586, de 29 de setembro de 2008. O Ministério da Educação baixou norma segundo a qual os livros didáticos que ele adquire já devem conformar-se ao novo Acordo a partir de 2009. Durante um período de transição que terminará em dezembro de 2014, serão aceitas oscilações entre a norma antiga e a nova em exames escolares, provas de vestibular, concursos públicos e nos meios escritos em geral.

1.4.3.2. O novo Acordo Ortográfico de 1990

A 12 de outubro de 1990 foi assinado em Lisboa por representantes da República Popular de Angola, República Federativa do Brasil, República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau, República de Moçambique, República Portuguesa e República Democrática de São Tomé e Príncipe o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, cuja vigência efetiva no Brasil teve início em 2009.

Acompanhando de perto Faraco (2007), vê-se que as mudanças foram poucas para os brasileiros, resumindo-se no seguinte:

1. Acentuação

- a) fica abolido o trema: palavras como *lingüiça*, *cinqüenta*, *seqüestro* passam a ser grafadas *linguiça*, *cinquenta*, *sequestro*;
- b) desaparece o acento circunflexo do primeiro *o* em palavras terminadas em *oo*: palavras como *vôo*, *enjôo*, *abenção* passam a ser grafadas *voo*, *enjoo*, *abençoo*;
- c) desaparece o acento circunflexo das formas verbais da terceira pessoa do plural terminadas em *-eem*: palavras como *lêem*, *dêem*, *crêem*, *vêem* passam a ser grafadas *leem*, *deem*, *creem*, *veem*;

- d) deixam de ser acentuados os ditongos abertos *éi* e *ói* das palavras paroxítonas: palavras como *idéia*, *assembléia*, *heróico*, *paranóico* passam a ser grafadas *ideia*, *assembleia*, *heroico*, *paranoico*;
- e) fica abolido, nas palavras paroxítonas, o acento agudo no *i* e no *u* tônicos quando precedidos de ditongo: palavras como *feiúra* e *baiúca* passam a ser grafadas *feiura* e *baiuca*;
- f) fica abolido, nas formas verbais rizotônicas (que têm o acento tônico na raiz), o acento agudo do *u* tônico precedido de *g* ou *q* e seguido de *e* ou *i*. Essa regra alcança algumas poucas formas de verbos como *averiguar*, *apaziguar*, *arg(ü/u)ir*: *averigúe*, *apazigúe*, *argúem* passam a ser grafadas *averigue*, *apazigue*, *arguem*;
- g) deixa de existir o acento agudo ou circunflexo usado para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogal tônica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras átonas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico: *para* (á), flexão do verbo *parar*, e *para*, preposição; *pela(s)* (é), substantivo e flexão do verbo *pelar*, e *pela(s)*, combinação da preposição *per* e o artigo *a(s)*; *polo(s)* (ó), substantivo, e *polo(s)*, combinação antiga e popular de *por* e *lo(s)*; *pelo* (é), flexão de *pelar*, *pelo(s)* (ê), substantivo, e *pelo(s)* combinação da preposição *per* e o artigo *o(s)*; *pera* (ê), substantivo (fruta), *pera* (é), substantivo arcaico (pedra) e *pera* preposição arcaica.

Observação 1

A reforma de 1971 aboliu os acentos circunflexos diferenciais. Manteve apenas para a forma verbal *pôde*. O texto do Acordo mantém esta exceção e acrescenta, facultativamente, o uso do acento na palavra *fôrma*.

Observação 2

O Acordo manteve a duplicidade de acentuação (acento circunflexo ou acento agudo) em palavras como *econômico/económico*, *acadêmico/académico*, *fêmur/fémur*, *bebê/bebé*. Entendeu-se que, como esta acentuação reflete o timbre fechado (mais frequente no Brasil) e o timbre aberto (mais frequente em Portugal e nos demais países lusófonos) das pronúncias cultas das vogais nestes contextos, ela não deveria ser alterada. Em princípio nada muda para nós brasileiros. A novidade é que as duas formas passam a ser aceitas em todo o território da lusofonia e devem ambas constar dos dicionários. Assim, se um brasileiro, que hoje é obrigado a usar o acento circunflexo, grafar com o agudo não estará cometendo erro gráfico.

2. Uso do hífen

O hífen é, tradicionalmente, um sinal gráfico mal sistematizado na ortografia da língua portuguesa. O texto do Acordo tentou organizar as regras de modo a tornar seu uso mais racional e simples:

a) manteve sem alteração as disposições anteriores sobre o uso do hífen nas palavras e expressões compostas. Determinou apenas que se grafasse de forma aglutinada certos compostos nos quais se perdeu a noção de composição (*mandachuva* e *paraquedas*, por exemplo). Para saber quais perderão o hífen, teremos de consultar o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, pois o texto do Acordo prevê a aglutinação, dá alguns exemplos e termina o enunciado com um “etc.” – o que, infelizmente, deixa em aberto a questão.

b) no caso de palavras formadas por prefixação, houve as seguintes alterações:

Só se emprega o hífen

- quando o segundo elemento começa por *h*. Ex.: *pré-história*, *super-homem*, *pan-helenismo*, *semi-hospitalar*. Exceção: manteve-se a regra atual que descarta o hífen nas palavras formadas com os prefixos *des-* e *in-* nas quais o segundo elemento perdeu o *h* inicial, como em *desumano*, *inábil*, *inumano*;

- quando o prefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento. Ex.: *contra-almirante, supra-auricular, auto-observação, micro-onda, infra-axilar*. Exceção: manteve-se a regra atual em relação ao prefixo *co-*, que em geral se aglutina com o segundo elemento mesmo quando iniciado por *o*, como em *coordenação, cooperação, coobrigação*.

Com isso, ficou abolido o uso do hífen:

- quando o segundo elemento começa com *s* ou *r*, devendo estas consoantes ser duplicadas. Ex.: *antirreligioso, antissemita, contrarregra, infrassom*. Exceção: manteve-se o hífen quando os prefixos terminam com *r*, ou seja, *hiper-*, *inter-* e *super-*. Ex.: *hiper-requintado, inter-resistente, super-revista*;
- quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com uma vogal diferente. Ex.: *extraescolar, aeroespacial, autoestrada, autoaprendizagem, antiaéreo, agroindustrial, hidroelétrica*.

Permanecem inalteradas as demais regras do uso do hífen.

3. As letras *k*, *w*, *y*

Embora continuem de uso restrito, elas ficam agora incluídas no nosso alfabeto, que passa, então, a ter 26 letras. Importante deixar claro que essa medida nada altera do que está estabelecido. Apenas fixa a sequência dessas letras para efeitos da listagem alfabética de qualquer natureza. Adotou-se a convenção internacional: o *k* vem depois do *j*, o *w* depois do *v* e o *y* depois do *x*.

4. As letras maiúsculas

Se compararmos o disposto no Acordo com o que está definido no atual Formulário Ortográfico brasileiro, vamos ver que houve uma simplificação no uso obrigatório das letras maiúsculas. Elas ficaram restritas a nomes próprios de pessoas (*João, Maria, Dom Quixote*), lugares (*Curitiba, Rio de Janeiro*), instituições (*Instituto Nacional da Seguridade Social, Ministério da Educação*), seres mitológicos (*Netuno, Zeus*), nomes de festas (*Natal, Páscoa, Ramadão*), na designação dos pontos cardeais quando se referem a grandes regiões (*Nordeste, Oriente*), nas siglas (*FAO, ONU*), nas iniciais de abreviaturas (*Sr., Gen. V. Ex^a*) e nos títulos de periódicos (*Folha de S. Paulo, Gazeta do Povo*). Ficou facultativo usar a letra maiúscula nos nomes que designam os domínios do saber (*matemática* ou *Matemática*), nos títulos (*Cardeal/cardeal Seabra, Doutor/doutor Fernandes, Santa/santa Bárbara*) e nas categorizações de logradouros públicos (*Rua/rua da Liberdade*), de templos (*Igreja/igreja do Bonfim*) e edifícios (*Edifício/edifício Cruzeiro*).

LEITURAS SOBRE NORMA GRAMATICAL

Castilho (org. 1970, 1973b, 1978a, 1980, 1982), Cunha (1985), Bagno (2001b, org. 2002, 2003), Luchesi (1994), Ribeiro (2004), Scherre (2004), Camacho (2004), Lopes (org. 2005).

LEITURAS SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990

Silva (2009), Souza / Vismara (2009), *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa* (5^a ed., São Paulo, Global, 2009).

1.5. UMA POLÍTICA LINGUÍSTICA PARA O PORTUGUÊS BRASILEIRO

1.5.1. O QUE É POLÍTICA LINGUÍSTICA

Falando de um modo direto, pode-se entender por política linguística uma espécie de “Sociolinguística intervencionista”. Mas como o adjetivo “intervencionista” poderá não cair bem, acompanho